

Hugo Leonardo Alves de Mendonça

**ECONOMIA DE COMUNHÃO:
uma nova perspectiva para o agir socioeconômico**

Juiz de Fora

2012

Hugo Leonardo Alves de Mendonça

ECONOMIA DE COMUNHÃO:

uma nova perspectiva para o agir socioeconômico

Monografia de conclusão de curso apresentada ao curso de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas das Faculdades Integradas Vianna Jr., como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. José Maria da Silva.

Juiz de Fora

2012

Hugo Leonardo Alves de Mendonça

ECONOMIA DE COMUNHÃO:

uma nova perspectiva para o agir socioeconômico

Monografia de conclusão de curso submetida à Faculdade de Economia das Faculdades Integradas Vianna Jr., como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. José Maria da Silva (Orientador)

Instituto Vianna Jr.

Prof^a. Mestre Patrícia Maia do Vale Horta

Instituto Vianna Jr.

Dedico este trabalho a meus pais, que confiam e zelam por mim bem como entendem a minha ausência, mas que em hipótese alguma cessa meu amor por vocês.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar deixo os meus agradecimentos a Deus, que na sua infinita misericórdia e bondade, colocou no caminho de minha vida a oportunidade de conhecer o projeto EdC, bem como conhecer pessoas e histórias que nos têm muito a ensinar. E por me contemplar com o Seu Divino Espírito Santo que me guia mostrando os caminhos certos de minha jornada.

Depois agradeço a meus pais, que de forma objetiva trato como sinônimos que não se encontram adjetivos que sejam capazes de defini-los na sua totalidade. Muito obrigado por me permitir vida a partir do amor de vocês. Se de alguma forma eu vos proporciono algum orgulho hoje, é porque vocês o construíram.

Não poderia deixar de citar os meus amigos e colegas: aos atuais, minha gratidão pela paciência que dispensaram ao ouvirem meus discursos e falações e que mesmo no confronto de ideias me foram úteis, uma vez que, conhecimento é fruto de divergência. Aos antigos, eu agradeço por terem me proporcionado convívio que ajudou na construção do caráter de que disponho hoje. A todos, que me fizeram perceber que a vida só é plena e verdadeiramente bela porque somos diferentes, e essas diferenças nos tornam únicos e originais.

Aos meus mestres que como mães, que amamentam seus filhos lhes proporcionando vida, me proporcionaram vida através do conhecimento que me foi dado, um pedacinho de cada um de vocês está presente neste trabalho, bem como na concepção do meu “ser” daqui em diante. Não existe preço que seja capaz de quantificar e pagar a sabedoria que emana de vocês direcionada a nós alunos, pois não se trata de uma mercadoria, trata-se de uma virtude.

Em especial ao meu orientador José Maria, que esteve caminhando ao meu lado nestes últimos meses com o objetivo de construirmos juntos este trabalho.

RESUMO

O fio condutor dessa monografia de conclusão de curso é a de trazer à tona a necessidade que alguns pesquisadores e estudiosos pelo mundo vêm verificando, de se praticar a ética, a moralidade e o respeito nos diversos setores da vida social, em detrimento de uma ação mesquinha, egoísta que tenha objetivos estritamente práticos e matemáticos. Estudos apontam que esse pensamento econômico, dito clássico, já não se mostra eficiente para a correção de nossos problemas humanitários, sejam eles de grandes magnitudes que abranjam milhares de vidas, sejam em nossas relações cotidianas de patrão e colaborador. Dentro desse contexto apresenta-se o projeto Economia de Comunhão (EdC), ele representa uma alternativa socioeconômica no agir empresarial que tem maciça magnitude e importância no meio em que se constitui. O trabalho foi elaborado com base em estudo bibliográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Racionalidade. Egoísmo. Economia de comunhão. Gratuidade.

ABSTRACT

The main thrust of this monograph of conclusion of course is to bring to the fore the need that some researchers and scholars around the world are checking, to practice ethics, morality and respect in the various sectors of social life, rather than a petty action, selfish goals that have strictly practical and mathematicians. Studies indicate that economic thought, said classic, no longer is efficient for the correction of our humanitarian problems, be they large magnitudes covering thousands of lives are in our everyday relations of employer and employee. Within this context we presents the project Economy of Communion (EoC), it represents an alternative socioeconomic action in business that has massive magnitude and importance in the environment in which it is. The work was based on literature research.

KEY WORDS: Ethics. Rationality. Selfishness. Economy of communion. Gratuitousness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A INSTRUMENTAL RACIONALIDADE ECONÔMICA	10
1.1 A ética e a moralidade no pensamento econômico	10
1.2 O fracasso da racionalidade econômica	14
1.3 A gratuidade como ferramenta no pensamento econômico	23
2 O ATUAL COMPORTAMENTO ECONÔMICO-SOCIAL	30
2.1 O vício e o luxo	30
2.2 Consumo e felicidade	33
2.2.1 A teoria posicional da felicidade	35
2.2.2 Bens relacionais e bens posicionais	37
3 UMA PERSPECTIVA DE MUDANÇA	40
3.1 A gênese da Economia de Comunhão (EdC)	40
3.2 O Projeto Economia de Comunhão	43
3.3 O empresário de EdC e sua gestão	48
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXO I	63
ANEXO II	68

INTRODUÇÃO

Observa-se nos últimos anos um ressurgimento do interesse por assuntos relacionados à Economia Social, Civil e Solidária, seja no campo reflexivo seja na prática. Pesquisadores e estudiosos têm dedicado trabalhos a temáticas que levam em consideração a ética, e o respeito ao próximo, bem como para com o meio ambiente.

Nesse contexto a Economia de Comunhão (EdC), um projeto econômico-social que envolve centenas de empresas, se apresenta como uma iniciativa que adotou seriamente a categoria da comunhão e da reciprocidade na concretude da vida econômica e social e beneficia milhares de pessoas pelo mundo.

A EdC se apresenta como uma silenciosa, mas vigorosa alternativa ao modo convencional de entender na empresa, a propriedade privada e o lucro, bem como entender o seu papel social. As empresas coligadas a EdC são em sua esmagadora maioria, empresas privadas mas que colocam os lucros em comum, segundo três critérios básicos: investir na própria empresa, garantindo e ampliando os postos de trabalho e a atividade econômica; investir na formação cultural que sustenta o projeto, a chamada “cultura do dar” ou da comunhão e, por fim, usar parte dos lucros para ajudar pessoas – da comunidade e não apenas da empresa – que se encontram em situação de necessidade econômica, enquanto não conseguem se inserir no mercado de trabalho, ou enquanto sua renda não é o suficiente para a sua sobrevivência.

Chiara Lubich fundadora do projeto Economia de Comunhão, em um de seus discursos na cidade de Rocca di Papa na Itália, mostrou seu interesse em difundir o projeto dizendo que, ao contrário da economia consumista, baseada na cultura do ter, a economia de comunhão é a economia da partilha. Este ideal é vivido intensamente pelos membros do Movimento dos Focolares e conseqüentemente pelos empresários aderentes à parte econômica do Movimento chamada Economia de Comunhão (EdC). O processo não é unilateral e impessoal, o pobre que é assistido pelo projeto é visto como doador de suas necessidades que possibilitam a

prática da partilha pelo movimento, é atribuído a ele uma importância que justifica a existência do projeto.

Meu interesse em desenvolver esta monografia surgiu assim que eu descobri a EdC em uma palestra no mês de abril do ano de 2010. O projeto completa em maio deste ano vinte e um anos de existência, ainda são poucos os estudos acerca do tema: livros, dissertações, teses e monografias já existem em diversos países da Europa e América, inclusive, com maciça participação do Brasil. Esta monografia é importante, pois, constitui mais uma fonte de pesquisa para alunos e membros da sociedade civil que se interessam pelo tema.

O objetivo básico do presente trabalho é contextualizar dentro do atual pensamento socioeconômico que vivemos, as motivações que explicam e justificam a criação e difusão de um projeto como a EdC. Além de apresentar sua história de formação, seus ideais, seus objetivos e demonstrar como a sua adoção é capaz de alterar o meio em que ele é aplicado.

Evidencia-se que é possível conciliar eficientemente, o respeito, a gratuidade, a solidariedade, a moral e a ética em nossas atitudes econômicas que a ciência, muitas vezes, prega ter que ser mesquinha e egoísta. A metodologia utilizada foi o estudo bibliográfico com base em livros, artigos e revistas científicas, revistas informativas, jornais, sítios da internet, teses e dissertações de mestrado e doutorado.

1 A INSTRUMENTAL RACIONALIDADE ECONÔMICA

1.1 A ética e a moralidade no pensamento econômico

É habitual referir que a Economia nasceu como ramo da Filosofia Moral e da Ética conforme se observa em Vasconcellos e Garcia (2006, p. 13),

no período anterior à Revolução Industrial do século XVII, que corresponde à Idade Média, a atividade econômica era vista como parte integrante de Filosofia, Moral e Ética. A Economia era orientada por princípios morais e de justiça. Não existia ainda um estudo sistemático das leis econômicas, predominando princípios como a lei da usura, o conceito de preço justo (discutidos, dentre outros filósofos, por Santo Tomás de Aquino).

De fato Adam Smith, considerado o “pai” da Economia enquanto ciência autônoma começou por escrever a *Teoria dos sentimentos morais* (1759), que é no fundo um tratado sobre a ética do ser humano e da sua capacidade de se relacionar e dialogar. Smith acreditava que só era possível falar de Economia se existisse paralelamente uma análise bem fundamentada das motivações intrínsecas do ser humano ao nível moral, ético, político e social. No entanto, apesar de estas preocupações com a ética terem se mantido no período dos clássicos, a verdade é que a partir do final do século XIX, com a revolução marginalista, essa preocupação foi-se desvanecendo (McDADE, 2010).

Em 1776 Smith publica aquela que seria sua mais importante obra, *A riqueza das nações*, onde o autor descreve a economia sendo guiada com base em um homem egoísta, extremamente racional que oferece primazia à razão instrumental em detrimento da razão substantiva (o *homo oeconomicus*).

Os pensadores clássicos da escola utilitaristas construíram a teoria econômica sobre esse alicerce e de acordo com essa concepção o ser humano passou a ser entendido como um ser economizante, que tem como objetivo maximizar a satisfação de seus interesses individuais. Assim, perdeu-se a conotação

de que o homem tenha a capacidade de vir a ser um ente que possa buscar o bem comum, ser colaborativo e cooperativo por convicção própria. Dessa forma, forjou-se o homem como um ser unidimensional, cujo padrão de sua existência é o critério econômico. É unidimensional porque é considerado o mercado como a principal categoria para a ordenação dos negócios pessoais e sociais (RAMOS, 1989).

Como observa Martins (2009), o pensamento econômico do século XX teve, todavia menos preocupação com as questões da ética e da sustentabilidade, no caso da primeira por não constituir uma matéria de análise científica segundo a concepção positivista que dominou a economia desde o século XX até agora, e no caso da segunda, por não ser considerada um problema crucial na primeira fase desse século, continuando a ser uma questão secundária na teoria econômica subsequente.

Marin e Quintana (2011, p. 197) ressaltam a importância de se reavivar o pensamento econômico respaldado na ética que ficou esquecida pela história, “entendemos que a teoria moral de Adam Smith, esquecida pela história do pensamento econômico, se apresenta como alternativa e, em decorrência, uma ideia promissora para aperfeiçoar o estudo das ações e condutas ditas econômicas.”.

Em seu trabalho, McDade (2010, p. 69) ressalta sua preocupação quanto à perda da sensibilidade de caráter humano e social que a Economia do século XX vinha demonstrando,

e de fato esta realidade é hoje bem evidente na maior parte dos programas curriculares em Economia, em que são raros aqueles que incluem cadeiras relacionadas com a Filosofia, Ética ou Moral. Isso significa que a Economia distanciou-se completamente destes assuntos, tendo-se tornado uma ciência essencialmente técnica, à luz das ciências naturais, em que se preocupa estudar os comportamentos humanos pelos ‘óculos’ da matemática. Urge assim a necessidade de se desenvolver novamente para o centro do debate econômico as questões antropológicas e éticas do ser humano sob pena de a Economia se ‘divorciar’ definitivamente da realidade social.

Esta preocupação de McDade é observada na maioria, senão em todas, as academias que lecionam Economia nos tempos atuais, onde o aluno é coroadado com a premissa de que o objetivo da empresa é a maximização de seu lucro, essa premissa é condição *sine qua non* para que se desenvolvam teorias, principalmente

microeconômicas que serão estudadas ao longo do curso, no entanto, sabemos que uma empresa tem um papel muito mais importante e que deveria ser buscado tão ou mais do que a maximização de seu lucro contábil: empregos, relacionamento com colaboradores, fornecedores, concorrentes, desenvolvimento regional, e dependendo do porte da empresa, nacional, sustentabilidade, preservação do meio ambiente etc.

Da forma como são ministrados os cursos de economia hoje, há a necessidade da criação de uma disciplina à parte que trate sobre a ética e sobre a moralidade, basicamente, não existe uma interdisciplinaridade entre o mundo ético, moral e responsável com boa parte das outras disciplinas, como a microeconomia, principalmente. O aluno é levado a: ao estudar uma disciplina ter que, automaticamente, abandonar os pressupostos da outra, para que sua análise faça sentido e esteja correta. Taylor e Bogdan (1984) comentam que tentar reduzir as palavras e atos das pessoas a equações estatísticas implica em abdicar do lado humano da vida social. Para Brigley (1995) a fraqueza da abordagem positivista é sua negligência em relação às intenções, contextos e culturas que dão significado às decisões específicas das pessoas pesquisadas e que são primordiais para a análise da ética nesses espaços.

No entanto, nos últimos anos assistimos a um ressurgimento do interesse, seja na prática, seja na reflexão teórica, por temáticas relacionadas à Economia Social, à Economia Solidária, à Economia Civil e outras experiências econômicas que atuam a partir de motivações ideais. Economia Civil e suas variações, foi o nome genérico dado por Stefano Zamagni em 1997 a todas as iniciativas que tenham o objetivo de produzir valor agregado e riqueza, mas sem excluir os segmentos débeis da sociedade pois seu objetivo não é o de maximizar o lucro (McDADE, 2010).

O debate sobre o utilitarismo é sempre renovado, exigindo, ou posição em sua defesa, conferindo plausibilidade a essa teoria, ou a apresentação de alternativas para se pensar a teoria moral e orientar as ações e as condutas. (MARIN; QUINTANA, 2011, p. 198).

Faz-se necessário neste momento citar um dos trabalhos de Weber¹ onde ele faz a distinção entre a **racionalidade formal e instrumental (funcional)** que é determinada por uma expectativa de resultados ou “fins calculados” e **racionalidade substantiva ou de valor** que é determinada independente do cálculo custo/benefício e não caracteriza nenhuma ação humana que atua de forma hipotética.

De acordo com Ramos (1983), na racionalidade funcional não se aprecia propriamente a qualidade intrínseca das ações, mas sua maior ou menor convergência, dentre outros, para atingir um fim preestabelecido, independente do conteúdo que possam ter as ações. Esta racionalidade não se pergunta pelos seus pressupostos e nem pelo seu sentido, agindo na esfera do *como*, sem se perguntar pelo *porquê*. Isso determina um nível de ação teleológica² exclusivamente técnica, interesseira, em que predomina a dominação do sujeito sobre o real; ao sujeito cabe estabelecer os fins e eleger os meios de toda a ação.

Já a racionalidade substantiva é o critério de todo ato intrinsecamente inteligente, que se baseia num conhecimento lúcido e autônomo de relações entre fatos. É um ato que atesta a transcendência do ser humano, sua qualidade de criatura dotada de razão. Aqui a razão, que preside no ato, não é sua integração positiva numa série sistemática de outros atos, mas seu teor mesmo de acurácia intelectual (RAMOS, 1983).

E continua Ramos (1983, p. 39),

esse é um ato de domínio de impulsos, sentimentos, emoções, preconceitos, e de outros fatores que perturbam a visão e o entendimento inteligente da realidade. De ordinário, a racionalidade substantiva é estreitamente relacionada com a preocupação em resguardar a liberdade. Nesta racionalidade seus pressupostos e seu sentido ganham importância, preferindo antes agir na esfera do *porquê*, participando da esfera do *como* apenas por acidente. Em resumo, a razão como força ordenadora da mente – permitindo o equilíbrio dos cosmos interno – se constitui de uma dimensão

1 *Economia e sociedade*, 1921.

2 A Teleologia é uma doutrina que estuda os fins últimos da sociedade, humanidade e natureza. Suas origens remontam a Aristóteles com a sua noção de que as coisas servem a um propósito.

instrumental voltada para o cálculo de consequências, e de outra dimensão entendida como substantiva, direcionada a elaborar e julgar os valores associados à própria vida. Estas duas dimensões da razão permitem ao ser humano calcular e legitimar, ou não, seus atos, fruto da liberdade de escolha que só ele possui entre todos os seres vivos.

Serafim (2001) faz uma síntese dessa teoria ao dizer que, em suma, quando o ser humano encontrar substancialmente legitimidade, ou não, do agir, sem a imposição de regras e sob o domínio da razão substantiva, ele age sob o imperativo da ética da convicção. Quando há a imposição de regras, ou seja, a legitimidade do agir é um atributo previamente definido pelo grupo a que ele pertence, então o ser humano age ou se comporta sob o imperativo da ética da responsabilidade, fruto da razão funcional ou instrumental.

1.2 O fracasso da racionalidade econômica

Ianni (1997) percebe que o processo de globalização está intimamente relacionado ao desenvolvimento do capitalismo mundial e, por isso, também é acompanhado de suas contradições. Mais do que apenas um processo de produção, ele se torna capaz de alterar culturas, costumes e modos de estruturação social.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar. (IANNI, 1997, p. 10).

A teoria microeconômica da escolha e maximização da utilidade e do bem-estar do consumidor, descreve algumas premissas básicas, sendo uma delas, a de

que “mais é melhor do que menos” e que o consumidor maximiza sua satisfação escolhendo a cesta de mercado que esteja situada sobre a curva de indiferença mais elevada com a qual a linha do orçamento tenha contato, ou seja, o máximo de bens que se possa comprar dado aquele nível de renda (PINDYCK; RUBINFELD, 2005). Típica visão clássica da economia, no entanto recentes crises de âmbitos internacionais têm mostrado que se faz necessário que os agentes econômicos abandonem a visão clássica mesquinha e egoísta que prega a máxima utilidade e satisfação se, e somente se, o agente consuma o máximo ou ganhe o máximo que puder.

No dia 10 de março deste ano o portal de notícias G1, dava a seguinte notícia:

Na manhã de ontem, o governo grego anunciou que investidores que controlam 83,5% dos papéis emitidos pelo país - 172 bilhões de euros - aceitaram o calote parcial, o que permitiu a Atenas ativar a cláusula de ação coletiva e forçar a aprovação pelo restante dos investidores, que detêm 25 bilhões de euros em títulos da dívida³.

Para que a Grécia pudesse conseguir aprovação de um pacote de medidas que poderia retirá-la da situação de recessão em que se encontrava, os detentores de seus títulos individualmente abriram mão de um percentual de seus ganhos em nome do bem coletivo e comum.

Diante das crises de superprodução e excesso de crédito e liquidez monetária que assistimos no decorrer dos séculos XX e início do XXI percebe-se o fracasso da teoria econômica clássica da racionalidade intrínseca, da *mão invisível* de Smith que pregava a auto-regulação do mercado sem a necessidade de uma constante intervenção do Estado. Perante o desmoronamento do modelo econômico comunista e os limites e paradoxos do modelo capitalista atual, urge a necessidade de repensarmos o atual paradigma da ciência econômica, questionar os seus pressupostos antropológicos e éticos e buscar novas formas de dar resposta aos problemas econômicos (McDADE, 2010).

3 Reportagem completa disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/03/grecia-finaliza-acordo-e-da-maior-calote-da-historia.html>>.

A microeconomia utiliza-se de uma ferramenta de análise e tomada de decisões para várias situações que utiliza a Teoria dos Jogos que trata, sobretudo de uma linguagem rica que consente a representação, muito eficaz, de interações (chamadas jogos) estratégicas, ou seja, situações nas quais os ganhos dos jogadores, não necessariamente monetários (chamados *pay-off's*, recompensas), dependem das escolhas dos outros jogadores que interagem com ele, e não somente das próprias escolhas. A Teoria dos Jogos tem atualmente um campo de aplicação muito vasto, que abrange a cumplicidade entre empresas na poluição, as escolhas eleitorais e a relação paciente-psicólogo (BRUNI, 2005).

Um importante caso na utilização da Teoria dos Jogos ficou conhecido como o Dilema dos Prisioneiros. Sua descrição é a seguinte: dois prisioneiros foram acusados de terem colaborado na prática de um crime. Eles foram colocados em celas separadas e não poderiam se comunicar um com o outro. Solicitou-se a cada um que confessasse. Se ambos os prisioneiros confessassem, cada um seria condenado a cinco anos de prisão. Se nenhum dos dois confessassem o julgamento do processo seria dificultado, de tal maneira que eles poderiam entrar com um recurso, recebendo então uma condenação de dois anos. Por outro lado, se um dos prisioneiros confessasse o crime, mas o outro não, aquele que confessou seria condenado a apenas um ano de prisão, enquanto o outro seria condenado a dez anos de prisão.

Matriz de *Pay-off* do dilema dos prisioneiros⁴

		Prisioneiro B	
		Confessa	Não confessa
Prisioneiro A	Confessa	-5 -5	-1 -10
	Não confessa	-10 -1	-2 -2

Fonte: Pindyck, 2005.

⁴ Na tabela, os números (*pay-off's*) exprimem *utilidade*, sendo o maior preferido ao menor. O primeiro número refere-se ao Prisioneiro A; e o segundo, ao Prisioneiro B.

A matriz de *pay-off* apresentada na tabela acima resume todos os possíveis resultados. (Observe que todos os *pay-off's* são negativos; assim, por exemplo, a informação contida no canto inferior direito representa uma condenação de dois anos para cada um dos prisioneiros.) Como nos mostra a tabela nossos prisioneiros se defrontam com um dilema. Se os dois pudessem simplesmente entrar em acordo para não confessar (de forma que nenhum deles pudesse deixar de cumprir tal acordo), cada um permaneceria na prisão por apenas dois anos.

Entretanto, eles estavam impossibilitados de se comunicar e, mesmo que o pudessem fazer, será que poderiam confiar um no outro? Se o prisioneiro A não confessasse, estaria correndo o risco de beneficiar seu antigo cúmplice à custa da própria liberdade. Afinal, *não importando o que possa fazer o Prisioneiro A, o Prisioneiro B fará o melhor para si confessando*. Do mesmo modo, como também o Prisioneiro A estaria fazendo o melhor para si ao confessar, o Prisioneiro B precisaria se preocupar com o fato de que, se não confessasse, poderia ser prejudicado. Sendo assim, ambos os prisioneiros provavelmente confessarão, sendo então condenados a cinco anos de prisão (PINDYCK, 2005).

Bruni (2005) atenta para o fato de que a busca pelo retorno individualista, em muitas situações (especialmente naquelas em que não é possível estipular um contrato que vincule as partes), não acarreta nem o bem comum nem o bem privado de cada pessoa. A lógica que sustenta o jogo é usada para explicar muitos dos dilemas que se devem à ausência ou ao mau funcionamento dos mercados: poluição, congestionamento do trânsito e até dificuldades de cooperação.

Para exemplificar como a busca pelos interesses mesquinhos e egoístas pela melhora de bem estar pode levar a uma situação de ineficiência coletiva Bruni criou um jogo representativo da interação entre duas (ou mais) pessoas, que chamou de Adão e Eva, idênticos entre si (têm as mesmas informações e a mesma estrutura de preferências – os dois elementos que fazem a diferença entre os agentes econômicos). Adão e Eva deparam-se diante de uma escolha, numa situação estratégica de interdependência, na qual cada um sabe que tem diante de si outra pessoa idêntica, com as mesmas preferências, e ambas conhecedoras da estrutura do jogo (ou seja, as recompensas, ou *pay-off's*, associadas aos êxitos, que dependem das próprias ações e daquelas da outra/das outras – se o jogo contar com mais de dois jogadores).

Neste cenário Bruni sugere que imaginemos uma situação familiar: a coleta seletiva de lixo (mas o raciocínio é de alcance universal). A ordem de preferência (*ranking*) de nossas duas pessoas (denominadas “jogadores”) e, em geral, do *homo oeconomicus* padrão, que o economista via de regra imagina quando descreve o mundo é a seguinte:

- 1) Em primeiro lugar, Adão e Eva supõem: “o outro faz a coleta e eu não”. A esse resultado do jogo conferimos a pontuação máxima, digamos quatro pontos.
- 2) Em segundo lugar, “todos fazem a coleta, inclusive eu”. A esse resultado assinalamos três pontos.
- 3) Em terceiro lugar, “ninguém faz a coleta”. Dois pontos.
- 4) Em quarto e último lugar, “apenas eu faço a coleta seletiva”. Somente um ponto.

Dessa estrutura de preferências deriva diretamente a descrição do jogo representado pela tabela.

		Adão	
		Coopera	Não coopera
Eva	Coopera	3	1
	Não coopera	4	2

Fonte: BRUNI, 2005

Bruni observa que por simplicidade e clareza, atribuiu recompensas (*pay-off's*) numéricas; na verdade, está num horizonte ordinal (maior e menor): por si só, os

5 Assim como na tabela de Pindyck (2005) os números (*pay-off's*) representam *utilidade*, sendo o maior preferido ao menor. O primeiro número refere-se a Eva; o segundo, a Adão.

valores numéricos não possuem qualquer significado; o que conta é a ordem das preferências individuais.

Nesse jogo, demonstra-se facilmente que Adão e Eva se forem racionais, escolherão ambos não cooperar (não fazer a coleta seletiva). Por quê? Coloquemo-nos no lugar de Eva: ela não sabe se Adão vai ou não cooperar (as escolhas são feitas sem poder comunicar ou fazer acordos que vinculem um ao outro. Ela começa com a hipótese de que Adão vai cooperar, desse modo ela terá sempre duas alternativas: cooperar ou não cooperar. Se, nesse caso, ela escolher cooperar, obterá três pontos; se, ao contrário, escolher não cooperar, serão quatro pontos. Com base no argumento assumido pela teoria econômica de que “o mais é sempre preferido ao menos”, ela escolherá não cooperar, o que lhe dá quatro pontos (em vez de três). Se, no entanto, Eva imagina que Adão não vai cooperar também assim confrontará duas opções: cooperar, que lhe conferirá um ponto; não cooperar, dois pontos. Também neste caso, fará a opção por não cooperar.

Dessa forma Bruni demonstra que, qualquer que seja a escolha de Adão (cooperar ou não), para Eva será racional nunca cooperar. Se Adão é igual a Eva (como, pelas hipóteses do modelo, ele efetivamente é), seu raciocínio será exatamente o mesmo; portanto, também para ele será racional nunca cooperar. Desse modo, os dois jogadores se verão no terceiro nível de preferência (cada um com dois pontos [2;2]), uma situação “dominada” pela cooperação mútua (todos fazem a coleta), cada um teria recebido três pontos [3;3].

No exemplo de Bruni, *ninguém faz a coleta diferenciada*, quando na verdade, cada um individualmente teria preferido que todos a fizessem (é o segundo lugar das preferências deles); e o mundo fica sujo. Trata-se, portanto, de um dilema, ao mesmo tempo, individualmente e coletivo.

Bruni utiliza o resultado deste jogo, bem como o que se observa no *Dilema dos Prisioneiros* para construir sua crítica à racionalidade econômica vigente na tomada de decisões por agentes mesquinhos e individualistas. Os resultados do jogo exprimem bem as características básicas da ideia acerca do indivíduo que a economia normalmente pressupõe, ao construir seus modelos: para o *homo oeconomicus*, o mundo ideal é aquela onde ele goza de benefícios (o mundo sem poluição, por exemplo), sem pagar pelo custo disso – que ele prefere, se possível, transferir para os outros (separar o lixo, acomodá-lo nos respectivos recipientes etc.). Aqui está o dilema. E a realidade de nossas cidades e de nosso Planeta

mostram o quanto esses “dilemas” são reais e urgentes e quanto as escolhas sociais, na verdade, não se distanciam muito do modelo abstrato utilizado pela economia. E conclui,

tudo isso revela que a solução do jogo e os resultados dilemáticos decorrem substancialmente de duas hipóteses básicas acerca da racionalidade: o *individualismo* (ou seja, o *homo oeconomicus* que raciocina em termos de ‘qual escolha é ótima para *mim*’) e a *instrumentalidade* (a bondade de uma ação é medida com base em sua capacidade de ser um meio para atingir um resultado, não pelo seu valor intrínseco). Admitidas essas hipóteses, a não-cooperação (‘ninguém faz a coleta’) é um equilíbrio estável do jogo (o equilíbrio de Nash⁶), do qual nenhum dos jogadores tem interesse em sair unilateralmente, salvo se são capazes de estipular um pacto vinculante. Se estabelecer um pacto vinculante não é possível (por exemplo, nas interações diárias com numerosos agentes, como no trânsito ou na relação de amizade) ou muito é caro (como acontece normalmente na coleta de lixo), não cooperar resulta ótima estratégia, por duas razões: se eu suponho que o outro é racional (individualista e instrumental), se coopero, acabo sendo explorado (um ponto); se, ao contrário, tenho bons motivos para acreditar que o outro é não racional ou ‘ingênuo’ e que, portanto, se deixará explorar, tenho uma razão a mais para não cooperar (de fato, obterei quatro pontos). Portanto, o resultado dilemático é uma combinação de medo e de oportunismo: se der errado, caio em pé e não me deixo explorar; se der certo, levo tudo. (BRUNI, 2005, p. 89).

Fernandes e Sant’Anna (2010) afirmam que numa racionalidade de mercado, o “racional” é muitas vezes não cooperar, porque pela lógica de mercado a não cooperação é mais vantajosa individualmente, mesmo que coletivamente essa atitude possa representar prejuízo. Seguindo o exemplo de Bruni (2005) e utilizando-se de *situações ideais*, no que se refere aos critérios instrumentais, econômicos e coletivos, construíram a seguir um exercício relativo às vantagens ou não da cooperação no que se refere a tratar ou não os efluentes lançados num rio.

Assim, considerando duas empresas que agem apenas pela racionalidade instrumental com fins econômicos e levando em conta apenas a questão da competitividade e do interesse individual em termos de custo de produção, a equação poderia ser descrita da seguinte forma: se a primeira empresa fizer o

⁶ De John Nash, matemático que, nos primeiros anos da década de cinquenta, introduziu essa noção de equilíbrio, que não requer interações ou acordos.

tratamento, apostando que a outra também o fará, não terá vantagem alguma, assim como não terá a outra empresa, pois ambas continuariam em absoluta igualdade de condições em termos de competitividade. Se, ao invés, a primeira empresa não fizer o tratamento, apostando que a outra o fará, terá grande vantagem competitiva, já que não terá que incorporar nos seus produtos os custos do tratamento, enquanto a outra empresa terá este custo. Por fim, se a primeira empresa não fizer o tratamento apostando que a outra empresa também não o fará, manterá a igualdade de condições de competir.

E concluem, que a lição que se tira deste exercício é que, considerando apenas os aspectos de competitividade, levando em conta apenas os custos, tratar o efluente não representa vantagem alguma em nenhuma das situações, pois o máximo que se consegue é ficar em igualdade de condições, se ambas decidirem tratar ou não tratar o efluente. Por outro lado, significa um risco, pois, se uma empresa decidir tratar o efluente e a outra não o fizer, a primeira ficará em desvantagem competitiva, devido ao custo de tratamento que terá que incorporar, enquanto a segunda empresa não terá este custo. Portanto, o melhor cenário para qualquer uma das empresas é não tratar o efluente e apostar que a outra o fará, podendo na pior das hipóteses, ficar em pé de igualdade competitiva se a outra também não fizer o tratamento.

Evidentemente que nessa simulação não está contemplado o contexto coletivo, social e comunitário da empresa. Parte-se de uma situação ideal onde o único critério é a instrumentalidade, cuja finalidade é a vantagem competitiva e, conseqüentemente, econômica (FERNANDES; SANT'ANNA, 2010). Aliás os aspectos sociais e ambientais são muitas vezes negligenciados nas empresas na hora da tomada de decisões, levando-se em conta apenas os aspectos econômicos.

Diante dessa racionalidade que parece intrínseca e imutável, Bruni (2005) afirma que num mundo feito de pessoas que agem segundo essa racionalidade econômica, a cooperação somente poderá ser alcançada quando formos capazes de auto-vincular-nos a regras não oportunistas, por um bem maior individual. Instintivamente, foi exatamente o que levou os credores gregos a abrirem mão de parte de seus rendimentos dos títulos do governo que possuíam para que se aprovasse um pacote de medidas que tentaria salvar como um todo, a situação econômica daquele país.

Sob essa ótica de racionalidade pelo enfoque coletivo e da cooperação Fernandes e Sant'Anna (2010) resolvem o problema das empresas com relação ao tratamento de seus efluentes. Se a primeira empresa decidir tratar os seus efluentes e a segunda empresa não o fizer, terá investido a sua parte e contribuído com 50% para não poluir o rio, proporcionando um ganho de 50% a ambas e à comunidade. Terá, portanto, o retorno do seu investimento na proporção que investiu, enquanto a outra empresa igualmente obterá ganhos sem, no entanto, investir, mas terá em contrapartida uma dívida com a outra empresa e com a comunidade. Se a primeira tratar os seus efluentes e a segunda igualmente o fizer, ambas terão investido 50% para não poluir o rio e proporcionado um ganho de 100% a todos. Desta forma, as duas empresas terão o retorno dos seus investimentos na proporção de 2 para 1, ou seja, em dobro, e ainda estarão sem qualquer dívida com a comunidade. Na terceira possibilidade, se decidirem pelo não tratamento dos seus efluentes, não terão feito qualquer investimento, mas também não terão qualquer retorno e ainda ficarão com uma dívida com a comunidade e uma com a outra dos 50% que eram de sua obrigação.

Lógico que a opção de tratar os efluentes de sua empresa está ligada a aspectos morais, éticos, religiosos, valores pessoais dos empresários, da cultura da sociedade. Mesmo que não haja contrato, negociação, acordo ou troca de informações entre os empresários, se cada um agisse de acordo com a racionalidade substantiva de forma a não ferir uma ética que se espera de respeito para com o meio ambiente, e para com a sociedade que tem o direito de não ter o rio poluído pela atividade empresária, simultaneamente ambas as empresas se beneficiariam dos resultados do tratamento e não teriam dívida para com a sociedade, além, é lógico de garantirem sua eficiência econômica e o princípio da continuidade, uma vez, que recursos naturais, são fatores básicos de produção.

Por outro lado a cooperação pode ser condicional, como explica Bruni (2005). *Eu trato o efluente da minha empresa se você tratar o efluente da sua empresa.* Tecnicamente, feito desta forma, o resultado seria o mesmo que o de uma tomada de decisão altruísta por parte dos empresários, o problema é que esta forma é infinitamente mais sensível e ténue à variações de comportamentos individuais, basta que um empresário, por algum motivo, deixe de tratar o seu efluente para que o outro empresário também o abandone. Para Fernandes e Sant'Anna (2010, p. 160), “o problema é que nessas situações a cooperação durará sempre até que a

condicionalidade seja rompida ou até que a necessidade de água deixe de existir para um dos agentes.”.

Considerando que os agentes econômicos, ou que sua maioria, são movidos pela racionalidade em que o aspecto econômico prevalece sobre os interesses éticos, morais, religiosos e de respeito para com o meio ambiente, faz-se necessário a intervenção do Estado com seu poder coercitivo corrigir esta externalidade negativa, via tributação, fiscalização, multas, leis, regulamentação.

1.3 A gratuidade como ferramenta no pensamento econômico

A troca baseada somente nos preços, somente no contrato expulsa outras formas de relações humanas; se me pagam para sorrir, gratuitamente sorrirei menos.

BRUNI

É sabido, e já foi descrito acima, que numa situação real, mesmo onde haja o predomínio de uma racionalidade substantiva (de comunhão), estão presentes também outros critérios de racionalidade, como os da racionalidade instrumental (eficácia, rendimento e desempenho). Entretanto, o resultado do exercício, numa situação na qual houvesse predomínio dos critérios substantivos, poderia ser explicado pelo que Bruni (2002) define como a *não condicionalidade da reciprocidade ou a gratuidade*, que é um dos elementos fundamentais de uma racionalidade de comunhão.

Segundo Bruni (2002), a reciprocidade é geralmente entendida em economia como um elemento de condicionalidade. Realiza-se uma ação ou coopera-se, com a condição de que o outro também o faça. A questão que está posta é: será possível uma racionalidade na qual esteja presente a reciprocidade não condicional?

Em Hume (2000), está expressa a seguinte equação: ajudo você, com a condição de que você me ajude. No modelo da *we rationality* de Hollis (1998) e Sugden (apud FERNANDES; SANT'ANNA, 2010) esta equação aparece como: “ajudo você porque é meu amigo”, na qual a expressão “amigo” já indica outro fato

precedente. Sendo amigos, conseqüentemente se é parte do mesmo grupo, da mesma comunidade, o que já pressupõe certa reciprocidade e condicionalidade. Entretanto, numa racionalidade de comunhão Bruni (2002), argumenta que há um elemento que transcende a reciprocidade no seu aspecto condicional. Trata-se da gratuidade, em que a retribuição não é condição prévia nem necessária de um comportamento, mas apenas desejável.

Fernandes e Sant'Anna (2010), afirmam que não é que não se espere a reciprocidade, porém esta deve ser algo livre numa dimensão do tempo, não condicionada: "Numa perspectiva estática não se capta a dinâmica da reciprocidade ou, como prefiro dizer, da *comunhão*. Se, de fato, num comportamento animado por uma racionalidade de comunhão não há uma *condicionalidade a priori*, existe, porém, *certa condicionalidade a posteriori*" (Bruni, 2002, p. 63, grifos do autor). E concluem que a reciprocidade não está em quem doa, mas em quem recebe. O princípio da racionalidade não é o de doar algo com a condição de receber outra coisa em troca. Esse é um princípio de troca. O princípio da reciprocidade é a gratuidade, a partir de um valor *intrínseco* motivador que porta na sua natureza a liberdade de que um ato gratuito torne-se recíproco.

Nesse sentido, voltando ao exercício acima, o tratamento de efluente na empresa não é feito com a condição de que outras empresas também o façam, mas porque existe convicção de que se pode e se deve fazer a própria parte motivado por uma obrigação ética ou moral, a partir da qual a conservação do meio ambiente é um valor intrínseco (FERNANDES; SANT'ANNA, 2010).

A racionalidade econômica predominante na sociedade hoje é de tal forma enraizada e absorvida como única alternativa "inteligente" e oportuna de vivência, ao ponto de Bruni (2005), resumir em suas palavras o sentimento de que, comumente, pessoas que praticam atos que não visam a maximizar o próprio interesse, de breve ou longo período, são consideradas irracionais e ingênuas, uma vez que se deixam à mercê de outras mais agressivas, que crescerão e prosperarão às suas custas (ou seja, são "ingênuas").

Muitos dos atos de cooperação a que assistimos na vida cotidiana encontram explicação no fundamento da lógica individualista e instrumental (e condicional). Como a racionalidade e a ética que se "esperam", dado sua difusão e práticas que se tornaram comuns, são a condicional e a funcional, respectivamente, é comum que a sociedade mostre-se surpresa com atos que não margeiem por essa doutrina

egoísta e mesquinha, onde o “eu” prevalece sobre o “nós”, exemplo disso, é a surpresa que causamos à algumas pessoas ao dizermos que devolvemos um troco errado, ou que anunciamos ao garçom um item faltoso de nossa conta fechada. Outro exemplo, é o fato de a mídia ter que elaborar campanhas e propagandas que desestimulem atos que infrinjam a ética e o comportamento moral, quando atitudes dessa índole deviam ser comportamentos intrínsecos ao ser humano independente de qualquer estímulo externo.

Para Fernandes e Sant’Anna (2010), a reciprocidade somente adquire valor se for suscitada por uma atitude de gratuidade. Numa racionalidade de comunhão, a cooperação individual não depende da cooperação dos outros indivíduos e nem da reciprocidade, porém torna-se uma atitude coletiva e recíproca, quando muitos indivíduos agem de maneira análoga, com base na mesma racionalidade.

Assim como para Smith o comportamento mesquinho e individual levava a uma melhora do bem estar coletivo, para Bruni a eficácia da ação individual com base na gratuidade tende a ser maximizada porque se torna ação coletiva.

Em sua obra de 2005, Bruni dedica um capítulo para tratar da “Gratuidade”, a fim de desenvolver seus conceitos são tratados alguns fatos que seguem:

a) Em 1998, em Haifa (Israel), foi realizado um teste, durante quatro meses, em dez escolas maternas. Como acontece em todas as escolas do mundo, também ali às vezes os pais se atrasam para buscar seus filhos, chegando depois do horário de fechamento da escola. Esses atrasos sobrecarregavam as professoras, que tinham de permanecer no trabalho depois do expediente. A certa altura, seguindo o conselho de um economista, decidiu-se estabelecer uma multa, em base à teoria econômica que considera a multa um aumento do “preço da flexibilidade”, o que deveria determinar a redução dos atrasos.

No entanto, o que se observou após a implantação da multa, foi um aumento em quarenta por cento no número de atrasos. Por que esse mecanismo econômico não funcionou?

b) Na pesquisa, Bruni cita um ocorrido em 1970, quando o sociólogo inglês Titmuss demonstrou que o sistema inglês de doação de sangue, baseado na ação voluntária, era mais eficiente (em termos da qualidade do sangue doado) do que o sistema

americano, baseado no mecanismo de mercado (o sangue era pago por empresas com fins lucrativos). Nos EUA, a introdução de um preço para o sangue reduziu sua qualidade.

c) A partir de um relato pessoal Bruni conta que, o seu vizinho desde que começou a remunerar o filho por pequenos trabalhos domésticos, ele não quer fazer nenhum tipo de tarefa a não ser em troca de dinheiro.

Bruni questiona e desenvolve por que se verificam esses comportamentos que, em boa parte, são contra o senso comum. Mais precisamente ele nos convida a perguntar: qual é o mecanismo desencadeado quando passamos de um sistema de relações baseado na dádiva para o outro, baseado no sistema de preços?

Retornando ao experimento nas escolas maternas em Israel, o pesquisador explica o que aconteceu com a introdução da multa pelos atrasos.

Antes da multa, muitos pais raciocinavam mais ou menos do seguinte modo: 'As professoras, até às dezesseis horas, cumprem o horário de trabalho pelo qual são remuneradas. Se eu me atraso, elas me esperam e não abandonam a criança com base num outro princípio, a *gratuidade* [que, conforme já descrito trata-se da não condicionalidade da reciprocidade]. Esse comportamento delas me induz a uma resposta baseada também na gratuidade, e não na lógica de mercado da troca. Assim, faço de tudo para chegar sempre pontualmente'. (BRUNI, 2005, p. 43).

Bruni relata que aqueles pais sabiam que a escola funcionava graças a um "algo mais" de gratuidade das professoras, que não "comercializavam" os minutos além daqueles previstos no contrato. A obrigação moral de não manipular a gratuidade e se aproveitar dela levava os pais (ao menos parte deles) a esforçarem-se para chegar pontualmente.

E conclui que os pais deduziram que, a partir da implantação da multa, a escola poderia funcionar sem o "*algo a mais*" da *gratuidade* das professoras e consideraram a multa um preço, como o aparecimento de um mercado no qual antes havia um mecanismo diferente ("*a fine is a price*", ou seja, "a multa é um preço", é o título do artigo que relata e interpreta essa experiência de Gneezy e Rustichini, 2000) uma vez que apareceu o "mercado dos atrasos", os pais começaram a fazer

as contas em termos de custo/benefício econômico, e se, por exemplo, uma hora de trabalho valia para ele mais do que a multa, atrasavam e pagavam a multa.

Em outras palavras, antes da multa, a racionalidade que provoca aquele esforço era a que Max Weber denomina “axiológica” ou respeito ao valor: os pais não escolhiam a quantidade de atraso com base numa conta custo/benefício, mas com base num valor, numa norma ética: “não é correto fazer as professoras esperarem”. Depois da multa, a racionalidade mudou e se tornou tipicamente econômica, ou seja, aquela instrumental do cálculo econômico.

Bruni (2005, p. 44), dá outra explicação para o paradoxo (não indicada pelos autores da pesquisa) apóia-se na *recompensa intrínseca da gratuidade*:

quando, antes da introdução da multa, os pais chegavam pontualmente, aquele ato aumentava neles a auto-estima, era uma forma de remuneração não-monetária, intrínseca, suficiente para fazê-los vencer a preguiça ou adiar um compromisso de trabalho, desde que não chegassem atrasados. Uma vez introduzida a multa, os pais começaram a pensar que, daquele momento em diante, o fato de chegarem pontualmente poderia ser interpretado pelas professoras não como um comportamento gratuito e, portanto, digno de estima, mas como desejo *instrumental* de não incorrer na multa. Assim, o incentivo monetário *comprimia*, reduzia aquele não-monetário. De fato, quando um incentivo monetário (ou uma sanção) intervém numa relação baseada nas motivações intrínsecas, torna-se muito complicado reconstruir a motivação que está por trás somente observando o comportamento.

Dessa forma Bruni constata que o comportamento se torna ambíguo, ou seja, aberto a várias interpretações, pois se, por exemplo, numa cidade onde não se multa quem não faz a coleta seletiva de lixo, vê-se alguém jogar os sacos nos recipientes diferentes, pode-se, com certeza, entender que ele o faz por motivações intrínsecas (tem uma *cultura* ecológica). Se, num dado momento, for introduzida uma multa, quando virmos alguém separando o lixo, não poderemos mais saber, pelo seu comportamento, se ele o faz por motivações intrínsecas ou para não incorrer na multa.

O estudo aponta ainda que após algum tempo, e verificando que os atrasos não acabaram depois da implantação da multa, a escola optou por retirar a multa, mas o atraso médio não diminuiu, a situação não se reverteu aos índices anteriores às semanas nas quais vigorava a multa. Bruni (2005), interpreta que uma vez que a

gratuidade foi substituída pelo contrato, aquela relação permanece contrato para sempre: “Uma vez que uma relação se torna mercadoria, fica mercadoria para sempre” – comentam os economistas autores do artigo. Se, por exemplo, um trabalhador voluntário começa a ser remunerado, dificilmente poderemos pedir-lhe, no futuro, que volte a trabalhar gratuitamente.

Bruni (2005), define algumas hipóteses a cerca das observações do estudo:

- a) *Quase nunca existem bons substitutos para a gratuidade;*
- b) A gratuidade funciona melhor em muitos âmbitos *relacionais*: não é somente mais *humana*, é também *mais eficiente*;
- c) *Não posso aumentar a oferta mediante incentivos monetários*, mas somente mediante formas coerentes com o princípio da gratuidade.

Alguns estudos comprovam que, enquanto um jovem (ou trabalhador voluntário) for pago por qualquer serviço, não fará mais nada grátis; mas presentes monetários ocasionais não só não substituem a gratuidade, como a reforçam (FREY, 2001).

Com isso, Bruni (2005) reconhece que se o dinheiro é percebido como *preço*, desencadeia-se a lógica típica do mercado, e a gratuidade se reduz; se, no entanto, aquela mesma soma de dinheiro é percebida como *prêmio*, reforçam-se as motivações intrínsecas (gratuidade). Isso significa que reivindicar a autonomia do princípio da gratuidade não significa considerar o mercado o contrato ou o dinheiro em si seus destruidores; bem administrado, até mesmo um incentivo monetário pode reforçar (em vez de substituir) as motivações intrínsecas. Deve, porém, ser percebido no âmbito de uma relação na qual se valoriza a gratuidade.

Podemos encerrar este item com a citação:

Se o mercado for só troca instrumental, temos razão de ficar preocupados e temer que ele se estenda. Existe o fenômeno do ‘deslocamento’ e poderemos encontrar-nos num mundo de contratos perfeitos, com um preço para cada coisa, mas sem o ‘algo mais’ da gratuidade, que, embora existindo, ficaria confinada apenas na esfera estritamente particular. A árvore da gratuidade é frágil e deve ser protegida contra o poder do mecanismo que se baseia nos incentivos mais fortes (como os incentivos monetários), uma vez que estes derivam diretamente dos instintos primários do ser humano. As

coisas mais importantes, porque autenticamente humanas, da vida em comum não podem ser regidas só por contratos, mas devem poder apoiar-se em motivações intrínsecas, que encontram a própria recompensa na bondade mesma da ação social. (BRUNI, 2003, p. 68).

Importantes reflexões a cerca do consumo e da sensação de bem-estar e felicidade que ele causa nos seres humanos foram levantadas a partir do século XVIII, como se observa a seguir.

2 O ATUAL COMPORTAMENTO ECONÔMICO-SOCIAL

2.1 O vício e o luxo

A segunda metade do século XVIII marcou o início do pensamento e do desenvolvimento de teorias voltadas para a questão do consumo e sua importância para o crescimento econômico de uma determinada região ou país, no entanto por mais que se estude e se reflita sobre este importante fenômeno, Douglas e Isherwood (apud BRUNI, 2004, p. 46), constatam que “é assustador descobrir que ninguém sabe por que as pessoas desejam os bens de consumo. A teoria da demanda coloca-se no centro e também na origem da economia como disciplina. No entanto, duzentos anos de reflexões sobre o tema pouco têm a nos dizer sobre essa questão”.

Uma das obras mais importantes sobre o luxo, e que propiciou fortemente o debate no século XVIII e nos seguintes, foi *A fábula das abelhas* (a primeira edição inglesa é de 1714), do holandês naturalizado inglês Bernard de Mandeville. O outro título usado pelo autor foi *Vícios privados, benefícios públicos*, o que já dá uma ideia melhor do seu conteúdo central e que acabou ficando mais famoso que o primeiro título da obra. O livro narra a história de uma colméia de abelhas egoístas que viviam na abundância. A uma certa altura, as abelhas se convertem e se tornam altruístas e virtuosas. E, em pouco tempo, a colméia se precipita na miséria.

Uma das implicações da moral da fábula é justamente relativa ao luxo: uma sociedade viciosa, que ao invés de combater o luxo, alimenta-o, produz riqueza e bem estar. As virtudes, ao contrário, levam a ruína econômica. Em vários textos de economistas desta época percebe-se a importância dada ao luxo que se faz vício como base propulsora do crescimento econômico. Se o indivíduo tem natureza

egoísta e quer consumir o máximo que puder de qualquer bem, este raciocínio sendo coletivo, fará com que vários bens sejam produzidos ao mesmo tempo, gerando pois, produção e riqueza.

Esta seqüência, que parece bastante notória fez com que o napolitano Antonio Genovesi (1713-1769) reconhecesse que o luxo pode levar ao “relaxamento” e ao vício, e negasse, em polêmica com Mandeville,

que possam existir vícios úteis a sociedade civil, há um certo grau de luxo, uma ostentação megaloprepia, uma magnificência, mesmo não sendo útil mas até mesmo necessária à cultura, diligência, polidez e também à virtude das nações, bem como para sustentar certas artes, sem as quais caímos no barbarismo ou ficamos nas mãos dos forasteiros: donde concludo, segundo essa ideia, que pode haver um certo grau de luxo que não só não se deve chamar de vício, mas é até virtude. [...] Em especial, o luxo é um importante elemento propulsor da demanda, utilíssimo ao estado em geral, [...] porque aumenta o consumo de nossas manufaturas e, daí, por causa do dinheiro daqueles que podem gastar e têm o prazer de gastar, dá ânimo ao trabalho e difunde-o. (GENOVESI apud BRUNI, 2004, p. 47).

Genovesi vê o aumento do luxo como uma conseqüência inevitável do processo das civilizações, que crescem com o aumento do desejo de se exhibir, e é alimentado pela comparação com os outros. Critica os nostálgicos de um mundo primitivo, quando o desejo de distinção não era tão forte e central como nas modernas sociedades, recomendando ao poder político governar, não reprimir, o instinto de se distinguir pois “à arte humana não é permitido produzir a natureza, mas, sim, governá-la” (GENOVESI apud BRUNI, 2004, p. 48).

É metodologia do homem tal como é que está no núcleo do nascimento das ciências sociais modernas: ao invés de sonhar com o mundo de homens ideais, a vida civil deve fazer com que instintos potencialmente destrutivos da vida em comum (como o amor próprio ou o desejo de lucro) se tornem, no seio de adequadas instituições (entre as quais o mercado), elementos para se construir o bem comum. (Bruni, 2004).

Genovesi, antes mesmo de Smith a quem provavelmente não conheceu, já desenvolvia sua própria versão da heterogênese dos fins, do luxo, dos vícios e do desenvolvimento que ficaria conhecida pelos economistas como a metáfora da “mão invisível”. Dado a influência da observação local de sua época Genovesi faz uma

importante reflexão a cerca do trabalho natural dessa “mão” que manteria uma dinâmica social de equilíbrio e justiça:

Eu disse que o espírito motor do luxo é o natural instinto de se distinguir. Esse instinto existe até nos silvícolas. Mas só é despertado em determinadas ocasiões, naturais ou civis... Quando a ocasião para o despertar desse instinto são as ordens diversas que compõem o corpo civil, e o instrumento são a riqueza, não já naturais mas representativas, então as maneiras e as qualidades, pelas quais pensamos em nos distinguir, são o verdadeiro luxo... Aquelas razões que movem um indivíduo a querer se distinguir de um outro da mesma classe, ou competir com um superior, movem igualmente as classes superiores a encontrar sempre novos modos de se distinguir das inferiores e de si mesmas... Esse jogo, onde as artes são protegidas e o trânsito é livre, gera três efeitos: 1) desloca a escravidão feudal; 2) eleva aquela parte do gênero humano que sofre com a pressão da outra que está acima; 3) arruína as grandes e antigas famílias, e promove as novas. Não se pode, por longo tempo, burlar a natureza. O luxo vem para que os ricos restituam aos pobres aquilo que tomaram em demasia do patrimônio comum: e para que os escravos se tornem livres, e os livres, escravos. (GENOVESI apud BRUNI, 2004, p. 49).

Nesse trecho o autor define o luxo como sendo aquela parte do consumo destinada a diferenciação social, o consumo que fará a distinção da pessoa dentro do mesmo grupo a que pertence ou fará concorrência ao grupo que esteja acima dela. Dado a observação do sistema social e econômico do século XVIII vivido pelo autor, percebe-se que este consumo luxuoso propiciava mudanças sociais, quem estava acima devido à ganância e ao exagero corria o risco de perder posições sociais da mesma forma que o consumo por parte de quem podia e tinha prazer nisso gerava trabalho e riqueza as classes inferiores proporcionando a estas a sua ascensão. De acordo com o autor o luxo se apropria das fantasias, gera despesas desenfreadas, e isso leva à decadência das classes estereis e a subida de outras classes: como na roda da fortuna, as classes ínfimas sobem para o estágio do meio; as medianas, para cima; aquelas de cima descem para o meio e, depois, para baixo, essa é a teoria da “circulação das elites”.

2.2 Consumo e felicidade

Posto que as necessidades primárias sejam satisfeitas e que o bem-estar seja medido como consumo e o tempo livre esteja aumentando, as pessoas deveriam sentir-se melhor. Se isso não acontecer, pior pra elas: os economistas vão considerar que elas estão melhores.

HIRSCHMAN

Durante todo o período clássico da economia pode-se observar uma certa atenção para os fatores morais que influenciam as dinâmicas de consumo. No entanto estas eram relegadas ao âmbito social ou ético dos escritos de economistas como Smith, J. S. Mill e Bentham e raramente apareciam em seus estudos de cunho econômico, eram tratadas na parte “não-econômica” de seus textos.

o sucessivo desenvolvimento da ciência econômica, até tempos recentes, [...] pode ser lido como um progressivo desinteresse pelas dinâmicas sociais e interpessoais da vida civil; a análise do consumo vai, por isso, seguindo a mesma sorte, sofrendo um progressivo empobrecimento de elementos sociais. De fato, o período clássico, qualitativo e relacional, teve vida breve. Já com o inglês David Ricardo, no início do século XIX, a exigência de fundar uma ciência econômica quantitativa (mensurável) e abstrata (dedutiva) passa a dominar e com ela desaparecem as análises sociológicas e psicológicas do consumo. (Bruni, 2004, p. 51).

No final do século XIX, com a revolução marginalista, a ciência econômica retoma o seu centro ao consumidor, ao fenômeno da demanda, no entanto, o agente é visto como um ser que apenas reage passivamente às variações de preço e de renda, variáveis que Bruni (2004) classifica como “mortas”, o agente *homo*

oeconomicus que prefere sempre o mais ao menos, que não possui caráter social e que tem sua satisfação ligada a quantidade dos bens consumidos.

A partir de Ricardo a economia passa a ser encarada pela ótica da produção desmedida, produzir, gerar oferta, suprir os mercados com a maior quantidade possível de bens, torna-se o centro da discussão econômica da época. O economista francês J. B. Say (1767-1832) desenvolve pois, sua teoria, conhecida no meio como a “Lei de Say” segundo a qual toda oferta cria a própria demanda. Portanto, as preocupações de um governo para a economia de uma nação eram aquelas de produzir o máximo possível, de aumentar o produto nacional, o que levaria automaticamente ao crescimento, ao desenvolvimento e ao bem-estar.

No entanto a crise econômica mundial de 1929 foi um choque abrupto ao pensamento clássico vigente que provou o quão equivocada estava essa teoria, sendo uma das plausíveis explicações para o fenômeno da crise exatamente a desenfreada produção que vivia a economia americana. Surgia um grande debate teórico que levou à publicação da *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, de Keynes em 1936, que inverte a “Lei de Say”, ao afirmar, fundamentado numa rigorosa lógica, que a partir do acesso a moeda e ao crédito, é a demanda que cria a oferta.

Nas últimas décadas porém, há um fato novo. Os economistas, enriquecidos pelo diálogo e pela fertilização em cruzamento com outras disciplinas (psicologia, antropologia, sociologia), estão mostrando uma inédita atenção para o fenômeno do consumo, das suas dimensões comunicativas e simbólicas. (BIANCHI, 1998).

Conforme observa Bruni (2004), vários estudos nascem com base na constatação de que a equação “+ riqueza = + bem estar” não funciona. Paolo Mattia Doria (1667-1749) em seu livro *Della vita civile* (1710) usa a frase “Primeiro objeto dos nossos desejos é, sem dúvida, a felicidade humana”. No final do século XIX, o economista italiano Achille Loria (1857-1943) escrevia “Todos os nossos economistas (economistas italianos) se ocupam não tanto, como Adam Smith, com a riqueza das nações, quanto com a felicidade pública”.

Bruni (2004) ainda cita publicações tais como: Giuseppe Palmieri (*Reflessioni sulla pubblica felicità*, 1787), Ludovico Muratori (*Della felicità pubblica*, 1749), Pietro Verri (*Discorso sulla felicità*, 1763) que deram atenção especial a felicidade em seus trabalhos, nesses antigos economistas era muito claro que o consumo de bens era só um meio para se viver mais contente. Esse retorno ao interesse dos economistas

pelo tema da felicidade é atribuído ao reconhecimento de que o dinheiro não traz a felicidade; mas, dizem, ajuda bastante, e de que grande parte da felicidade das pessoas dependia de fatores não-econômicos, não tinha preço e não passava pelo mercado (BRUNI, 2004).

A hipótese, em geral implícita, que estava por detrás dessa opção metodológica era a de que o aumento da riqueza, ou do bem estar econômico, embora nem sempre levasse a um “proporcional” aumento da felicidade, também não provocava sua diminuição. O fato novo que está emergindo nos últimos anos é justamente essa relação perversa entre aumento da riqueza (renda) e felicidade: em certos casos, possuir mais riqueza nos faz mais infelizes. É dessa “novidade” que os estudiosos contemporâneos partiram nos estudos sobre felicidade, um tema cada vez mais presente entre os economistas (Bruni, 2004).

Os psicólogos Brickman e Campbell, em 1971, ao estenderem a teoria da adaptação (ou *set point*) ao estudo da felicidade individual e coletiva, chegaram à conclusão de que os melhoramentos das circunstâncias objetivas da vida (inclusive renda e riqueza) *não produzem efeitos duradouros no bem-estar das pessoas, mas somente temporários.*

2.2.1 A teoria posicional da felicidade

Um importante economista americano atual, Robert Frank prega o fenômeno da felicidade associada ao consumo relativo, ela depende de quanto o nosso consumo se diferencia daquele dos “semelhantes”. “É o ‘consumo relativo’, ou seja, a diferença entre o consumo nosso e o dos outros (próximos de nós), e não o nível absoluto, que aumenta ou diminui nossa felicidade.” (FRANK, 1999, p. 62).

Nessa perspectiva Bruni (2005, p. 107) afirma que o bem-estar obtido pelo consumo depende, sobretudo do valor *relativo* do próprio consumo, isto é, de quanto o nível absoluto do nosso consumo difira daquele das outras pessoas com as quais nos confrontamos. E exemplifica,

se, por exemplo, minha renda aumenta, mas a do meu colega de trabalho aumenta ainda mais, pode ser que eu me veja com mais

renda e mais frustrado. O ser humano avalia as coisas que possui comparando-as com os outros. A questão interessante, também nesse ponto, é que esses mecanismos *posicionais* fazem a racionalidade econômica fracassar.

A corrida desenfreada e irracional por um aumento do consumo para diferenciar-se dos semelhantes era, para Keynes e T. Veblen – predecessor de Frank na Cornell University de Ithaca (EUA) – uma das principais razões que faziam prever a crise e o acaso do sistema capitalista. Os estudiosos do comportamento encontraram uma evidência sugestiva, isto é, que uma vez alcançado um patamar de renda, o nível médio de satisfação em cada país é substancialmente independente da sua renda per capita. (Frank, 1999)

A ideia de fundo que anima o trabalho de Frank é definida em torno de um dilema o que conta em termos de *subjective well-being*⁷ é a posição relativa, fenômeno sociopsicológico que produz competição posicional que se resolve num jogo de soma zero, “smart for one, dull for all” (bom pra um, ruim pra todos). A conclusão que Frank (1999), chega é a de que a competição posicional só leva a uma redistribuição da felicidade, mas a “felicidade pública” não aumenta, antes pode até diminuir, o dilema, por isso, consiste no fato de que enquanto cada indivíduo pode ir para frente em termos relativos, a sociedade no seu conjunto pode não fazê-lo.

Bruni (2004) enumera três principais conseqüências da análise de Frank para a teoria econômica:

1) a importância maior do consumo “relativo” em comparação com o consumo absoluto (o único considerado pela ciência econômica convencional). Nós podemos preferir ter 100 reais a ter 110 se as pessoas com as quais convivemos têm 95, mas não nos contentamos com 110 se os outros têm 150.

2) nem sempre, na realidade social, funciona a “mão invisível” de Smith. As vezes, e com mais freqüência, a busca do interesse pessoal egoísta leva a uma diminuição da felicidade pública. Frank aduz diversos exemplos, entre os quais o do jovem que durante um concerto, fica de pé (para melhorar a sua posição relativa), e isso produz

⁷ Que para Frank é sinônimo de *happiness*.

o efeito de que todos, no estádio, vão fazendo a mesma coisa, e passam a ver o concerto em pé (com a diminuição geral da felicidade pública); “berrar” nas festas, pelo simples fato de que “individualmente” cada um é estimulado se fazer entender por quem está próximo, com a conseqüência de que a poluição sonora na sala aumenta consideravelmente, levando todos a fazerem o mesmo etc.

3) *inconspicuous consumption* (consumo não-vistoso), oposto a *conspicuous consumption* (consumo vistoso). A expressão *inconspicuous consumption* descreve atividades que são pouco atraentes na moderna vida industrial. A característica peculiar do *inconspicuous consumption* é a seguinte: no confronto com a satisfação proveniente do *conspicuous consumption*, a recompensa que deriva do *inconspicuous consumption* depende muito pouco do contexto (FRANK, 1999).

2.2.2 Bens relacionais e bens posicionais

Os bens são símbolos. Nós, uma vez satisfeitas as necessidades básicas, não consumimos porque nos interessam os bens em si, mas porque eles nos remetem a alguma outra coisa. Sob a sua embalagem normalmente se escondem pessoas, relações humanas.

BRUNI

Dado o estudo de Frank (1999), pode-se neste momento fazer a distinção entre os bens que são considerados relacionais e os posicionais, sendo os primeiros aqueles bens produzidos pelas relações, por “encontros” nos quais a identidade e as motivações do outro com o qual interajo são elementos essenciais na criação e no valor do bem – a amizade é um típico bem (*asset*, mais precisamente) relacional. Já os bens posicionais, são os que são demandados de forma crescente pelas sociedades avançadas, bens que de acordo com Frank são úteis pelo status que

criam, pela posição relativa na escala social que o seu consumo permite ocupar, daí a expressão “posicionais”.

A satisfação que os bens posicionais conferem não está ligada ao seu uso, mas ao fato de que o seu consumo representa um rótulo com o qual me posiciono em relação aos outros. Na ilha deserta, Robinson jamais demandaria bens posicionais, porque para usufruir deles há a necessidade de alguém que observe o seu consumo; enquanto, porém, nos bens relacionais a presença e a relação com o outro é do tipo cooperativo, de reciprocidade (a partir de uma relação de amizade, todos os parceiros aumentam a sua “satisfação” com o “consumo” desse bem: é um jogo com soma positiva), no bem posicional a característica essencial é a competição “posicional” (se o novo computador PC aumenta a minha satisfação, a satisfação conferida ao meu colega pelo seu PC diminui: a interação é um jogo de soma zero) (BRUNI, 2004).

Uma pergunta que se faz presente é porque a competição posicional, ou o consumo de bens posicionais é típica das sociedades com renda elevada? Bruni (2004), afirma que vários antropólogos fazem-nos saber, de fato, que em todos os tipos de sociedade existe o consumo posicional, e em geral até as práticas de doação têm como principal escopo o de “ostentar” altos níveis de consumo e reforçar o próprio status. Em sua *Teoria da classe ociosa* (1899), Veblen o autor que inaugurou a tradição de estudos em que hoje Frank se posiciona, oferecia uma resposta interessante: a despersonalização das relações interpessoais, coisa típica das sociedades modernas, é que leva a um maior consumo posicional. Nos vilarejos ou nas pequenas comunidades o status é comunicado através de redes pessoais, e os meios para ostentar a própria posição social são múltiplos. Nas anônimas sociedades contemporâneas – hoje mais do que nas sociedades descritas por Veblen – os bens de consumo são quase que os únicos meios para dizermos o que somos e para nos situarmos socialmente: a compra de um carro, a casa luxuosa, servem para dizer algo ao vizinho que não conheço; o telefone celular de última geração serve para dizer algo de nós aos colegas, e assim por diante; uma competição posicional que nas anônimas sociedades de hoje só pode ser alimentada pelos bens.

A ligação entre este consumo posicional crescente em economias modernas e a perda da felicidade nas mesmas pode também ser explicado pelo trabalho de Robert Lane (2000) em particular na obra *The loss of happiness in market*

democracies. Ele, mais do que todos os autores contemporâneos que tratam da felicidade, liga a falta de felicidade à diminuição do “consumo” de bens relacionais: “Muitos talvez a maioria, dos prazeres da vida não têm preço, não estão à venda, e assim não fazem parte do mercado” (LANE, 2000, p. 59).

Lane atesta que nas sociedades avançadas, a renda não está sensivelmente ligada à felicidade, mas sim ao que ele chamou de “*companionship*” (companhia).

Um recente número do *Journal of Economic Behavior and Organization*, foi publicado por Charlotte Phelps em 2001 afirmando, baseando-se em pesquisas junto a sociedade norte-americana, que a diminuição da felicidade é fruto de uma diminuição da capacidade de altruísmo, da capacidade de dar. Parece, pois, verdadeira – também para os economistas – a antiga regra contida no Novo Testamento: “Há mais alegria [felicidade] em dar do que em receber” (BRUNI, 2004, p. 61).

Em uma passagem de seu trabalho de 1963, Genovesi vai mais adiante que Phelps e identifica a felicidade com o “fazer os outros felizes”:

trabalhai pelo vosso interesse; ninguém poderia operar diferente, a não ser pela própria felicidade; seria um homem menos homem: mas não queirais contribuir para a miséria alheia; e, se puderdes, procurai fazer os outros felizes. Quanto mais agimos por interesse, tanto mais – a não ser que sejamos loucos – devemos ser virtuosos. É lei do universo que não podemos fazer a nossa felicidade sem fazer também a dos outros. (GENOVESI apud BRUNI, 2004, p. 61).

É nessa satisfação encontrada em proporcionar felicidade e bem-estar aos outros que se fundamenta um dos principais pilares do projeto Economia de Comunhão e que rege a ação de seus membros.

3 UMA PERSPECTIVA DE MUDANÇA

Apenas os extremamente sábios e os abissalmente ignorantes não mudam.

CONFÚCIO

3.1 A gênese da Economia de Comunhão (EdC)

Tendo até o momento apresentado alguns autores e argumentos que mostram o fracasso da atual racionalidade econômica vivida, apresento agora uma opção de agir e conduzir a economia e a produção de bens para um objetivo que perpassa a simplista, impessoal, matemática e egoísta visão da maximização do lucro, projeto intitulado Economia de Comunhão, que a partir deste momento chamarei apenas de EdC.

A cultura capitalista desencadeou – dentro de um sistema capaz de produzir uma grande quantidade de bens – a mentalidade do acumular. Não estimulou a circulação de bens e a comunhão, mas o consumismo individualista. A dignidade, a autonomia, a liberdade e a responsabilidade da pessoa não consistem tanto no ter pelo ter, para especular, para acumular. A dignidade da pessoa humana exige a propriedade para que haja a possibilidade de se dispor de um certo volume de bens, de poder se apropriar de bens que estejam disponíveis no momento em que as necessidades se evidenciarem (ARAUJO, 1992).

Bruni (2002), conclama a humanidade a impedir que a ciência econômica vigente destrua a esperança, uma vez que sua quase total instrumentalidade deixou de lado os valores quando da explicação de suas ações.

O pensador e economista inglês E. F. Schumacher (1983) é uma fonte de inspiração para se pensar a gestão organizacional em bases éticas que enalteçam

sentimentos, virtudes, valores qualitativos e espirituais. Esse pensador foi oportuno ao conciliar, mesmo que no seu plano reflexivo, ética e economia, razão e fé.

Numa visão mais técnica McDade (2010) afirma que a economia capitalista, que caracteriza a generalidade dos países ocidentais, tem-se defrontado, nos últimos tempos e em particular na recente crise econômico financeira⁸, com uma série de problemas aos mais variados níveis tais como o desemprego, a pobreza, a falta de confiança entre os agentes econômicos, as desigualdades sociais, o êxodo rural ou a questão da sustentabilidade dos recursos naturais.

Serafim (2001) vai mais adiante, ao atribuir a importância do movimento nos dias atuais, ao afirmar que o mesmo apresenta-se como uma proposta que visa resgatar a dignidade do ser humano, colocando-o como fim último de todas as ações econômicas. O filósofo Karl Marx (1818-1883) em duas importantes obras *Manuscritos econômicos filosóficos* (1844) e *Elementos para a crítica econômica política* (1857), faz uma acentuada crítica ao processo psicológico causado no indivíduo a partir de sua despersonalização advinda do processo fabril, que se instalava na Europa nos primeiros anos do capitalismo moderno, fenômeno que ele chamou de alienação do operário, no contexto da época, e mais fortemente hoje, o “operário” é apenas uma ferramenta dentro do processo produtivo e se especializa numa parte do processo de fabricação, não sabendo, muitas vezes, nem o que está sendo de fato, produzido. O sujeito não se reconhecia agente de nada, uma vez que não se reconhecia produtor de nada. Serafim (2001) atribui ao projeto EdC o resgate desta dignidade humana perdida.

Num discurso mais ativista e reacionário McDade (2010) pensa que o paradigma capitalista atual, apesar dos inúmeros sucessos, continua a ser um paradigma apenas para alguns, porque aproxima uns, mas exclui outros. E isto verifica-se também pelos inúmeros problemas que continuam por resolver. E continua afirmando que se calhar muitos desses problemas seriam evitáveis se deixássemos de acreditar tão convictamente nos “equilíbrios de mercado”, os quais,

⁸ McDade refere-se a crise econômica que teve seu ápice nos anos de 2007 e 2008 nos EUA e que espalhou perturbações ao mundo todo, alguns países inclusive até os dias atuais, vivem seus impactos. Ao escrever **A crise como oportunidade de repensar a economia** em 2010, McDade talvez não fosse capaz de mensurar que os anos de 2011 e 2012 seriam marcantes para a Europa que, sem dúvidas, vive seu pior momento econômico desde o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945. Por vivermos num mundo globalizado, nestes momentos globalizam-se também as implicações econômicas ao resto do mundo.

segundo a teoria neoclássica, conduzem a economia para uma maior eficiência e bem-estar.

Deveríamos, sem dúvida, ter uma postura mais ativa perante os problemas concretos da nossa sociedade. E é nesse sentido que o projeto da *economia de comunhão* merece todo o nosso apoio, pois ele coloca o ser humano no centro das atenções, pondo como secundários aspectos como o lucro. A lógica aqui implícita é a de sermos todos agentes responsáveis pela construção de um mundo mais humano, justo e solidário. (McDADE, 2010, p. 78).

Faz-se necessário narrar a gênese do projeto, que é muito anterior aos dias atuais e teve início em Trento na Itália com o surgimento do Movimento dos Focolares (fogo no lar, em italiano) a partir de uma conversa da italiana Chiara Lubich com suas amigas reunidas em torno de uma fogueira no porão das ruínas de sua casa no ano de 1943, em plena Segunda Guerra Mundial. Pensavam em um movimento capaz de levar à fraternidade universal, por meio da prática da espiritualidade da unidade entre os povos, para acabar com as guerras e a indigência no mundo. Ela e suas amigas, ocupadas em socorrer as vítimas da guerra, formavam um grupo de jovens que procurava viver segundo o modelo das primeiras comunidades cristãs, com plena atenção para os mais necessitados. Concebia-se ali a construção de uma unidade (comunhão) com reflexos sobre o mundo econômico e do trabalho. (LIMA, 1999).

No centro do Movimento, os focolarinos dão livremente tudo o que possuem, inclusive, mês a mês, o fruto do próprio trabalho, posto tudo em comum. Os focolarinos casados⁹ dão o que podem e o que têm de pessoal. Os voluntários¹⁰ dão o seu supérfluo. Até os jovens engajados, os *gen*¹¹, querem a comunhão de bens e por quanto lhes é possível, a põem em prática totalmente. E assim, todos os outros

9 Os *focolarinos* de vida comunitária e os *focolarinos casados* fazem parte dos focolares, convivências constituídas por membros celibatários e membros casados. Os focolares são os sustentáculos, o coração das diversas comunidades do Movimento dos Focolares.

10 Os *voluntários* constituem uma das ramificações do Movimento compreendida principalmente no campo social.

11 Os *gen* (geração nova) são os jovens pertencentes ao Movimento dos Focolares.

membros ativos do Movimento, de maneiras diferentes. Todos os membros, de modo mais ou menos radical e sempre com liberdade, vivem a comunhão de bens. (LUBICH, 2004). “O Movimento dos Focolares é um Movimento que pode ser considerado a partir de vários pontos de vista: espiritual, apostólico, caritativo, social e econômico, político, ecumênico, inter-religioso, cultural etc.” (LUBICH, 1999, p. 3).

A fim de dar maior abrangência a esse ideal, e dessa forma, atingir o máximo de necessitados possível, o movimento começou a fundar pequenas comunidades em vários países, sendo hoje, mais de 70, chamadas “Mariápolis” (cidade de Maria), sendo que no Brasil, a primeira dessas cidadelas surgiu em Recife, em 1958. Atualmente, o movimento está presente em 182 países, com aproximadamente 150 mil membros que, somados aos simpatizantes, formam um contingente de quatro milhões de pessoas, sendo a maioria leigos.

De acordo com Chiara (apud ARAUJO, 1998, p. 27), “tínhamos o objetivo de pôr em prática uma certa comunhão de bens, com o máximo alcance que se pudesse pensar; não se tratava, porém, de amar os pobres pelos pobres, ou amar Jesus somente nos pobres, queríamos resolver o problema social”.

De acordo com Burckart (2002), o Movimento dos Focolares baseia-se numa visão antropológica, caracterizada pela superação dos subjetivismos (com todas as suas formas modernas, como o individualismo e o liberalismo), por meio de um estilo de vida comunitário. Não faz parte do movimento e conseqüentemente do projeto EdC que nasceria dele, a preocupação com a teorização, mas sim com uma prática cotidiana fundada em conteúdo espiritual. Daí advém a “cultura do dar” que orienta o movimento e se funde no “paradigma interdisciplinar da unidade”.

Importante ressaltar que a ação que motiva o ser pertencente e/ou simpatizante ao movimento dos Focolares não pode ser confundida com assistencialismo e nem com filantropia, que são anônimas e muitas vezes impessoais. Bruni, no XXI Congresso Anual de Economia de Comunhão no Brasil, ressaltava que na economia de mercado tradicional, vende-se o peixe para quem tem fome e recursos para comprá-lo; na filantropia, dá-se o peixe para quem tem fome, mas não recursos; no altruísmo, ensina-se o faminto a pescar. Na EdC (e dentro do movimento), pesca-se junto com quem tem fome. O processo não é anônimo e impessoal, mas puro relacionamento (PINTO; LEITAO, 2006).

3.2 O Projeto Economia de Comunhão

Chiara Lubich percebeu, no entanto, que os bens que eram colocados em comunhão pelos integrantes do Movimento dos Focolares, não estavam sendo suficientes para atender a todos os necessitados. “Fui pressionada pela constatação de que, não obstante a comunhão dos bens praticada no âmbito do Movimento dos Focolares, não se conseguia ainda cobrir as necessidades urgentes de alguns de seus membros” (Lubich, 2004, p. 5).

Num discurso pronunciado em setembro de 2004 em Castel Gandolfo na Itália, a própria Chiara compartilha conosco aquele que teria sido o *input* da formação do projeto na sua vertente econômica:

[...] além do mais, sobrevoando a cidade de São Paulo, em maio de 1991, fiquei muito impressionada com aquela selva de arranha-céus, circundada por uma quantidade interminável de favelas, que se via do avião, e que o cardeal Evaristo Arns definia como sendo uma ‘coroa de espinhos’ da cidade.

E mais adiante ela nos explica os motivos de sua intuição para o Brasil:

Comecemos por essa Mariápolis brasileira, justamente para partir de um lugar do mundo onde os problemas sociais são especialmente dramáticos, mas também onde o ímpeto para enfrentá-lo é mais intenso. Além disso, sabemos que o exemplo arrasta. (LUBICH, 1991, p. 2).

Levada a seu objetivo de banir a miséria do maior número de pessoas possível, Lubich sugere a criação de **empresas** para produzir riquezas em favor de quem se encontra em graves necessidades. Inicialmente a ideia era que essas empresas fossem criadas dentro das comunidades de focolares que estavam espalhadas pelo mundo, inclusive com presença significativa no Brasil. “Embora eu não seja especialista em problemas econômicos, pensei que poderiam ser criadas, por pessoas do Movimento, empresas que canalizassem capacidades e recursos de todos para juntos produzirem riquezas em prol dos que se encontravam em dificuldades.” (Lubich, 1999, p. 4).

Villardi, Leitão e Marques (2007) narram que o projeto de EdC, versão empresarial e econômica do Movimento, surgiu no Brasil em 1991, com a ideia de criar empresas dirigidas por pessoas éticas, honestas e competentes que se dispusessem, livremente, a partilhar parte dos lucros a serviço do bem comum.

“As Mariápolis, inicialmente centros para estudos e debates, transformar-se-iam em pólos empresariais e de moradia para os envolvidos na construção de um ‘novo homem’.” (FERRUCI, 1998 p. 52).

Aqui, nessa cidadezinha¹², deveriam surgir algumas indústrias, algumas empresas, pela iniciativa dos focolarinos casados e, em particular, dos voluntários. [...] tais empresas, de diferentes tipos, deveriam ser apoiadas por pessoas do Brasil inteiro, constituindo sociedades em que cada um teria uma participação própria; participações talvez pequenas mas muito difundidas. (LUBICH, 1991, p. 4).

Em 1994, teve início o Polo Empresarial Spartaco, situado no município de Cotia, São Paulo, a 4 Km da Mariápolis Ginetta, com o intuito de dar viabilidade e visibilidade ao projeto Economia de Comunhão, proporcionando às empresas um local apropriado para se instalarem e testemunharem, juntas, como num laboratório, essa nova experiência econômica.

A novidade no que diz respeito a essas “novas” formas empresariais que seriam implantadas nas cidades-testemunho do Movimento era que o lucro gerado pela atividade empresária não deveria ser repartido entre todos os que participam do capital, mas deveria ser posto em comum. A EdC se constituiu enquanto ideal e de fato na Mariápolis Araceli no Brasil sendo portanto, nas palavras de Lubich “um protótipo, uma cidade-piloto”, ou mais adiante nos seus discursos ela também a chamaria de “cidade celeste” em oposição as “cidades-terrenas” composta justamente pelas empresas e pelas outras estruturas sociais.

O lucro seria colocado em comum e dividido em três partes: uma parte seria empregada segundo os mesmos objetivos da primeira comunidade cristã, ajudar os pobres e dar-lhes sustento enquanto não conseguissem um trabalho. Outra parte, para o desenvolvimento de estruturas de formação de “homens novos”, ou seja,

12 Mariápolis Araceli, cidade testemunho do Movimento dos Focolares erguida no início dos anos setenta, em Vargem Grande Paulista (região metropolitana de São Paulo).

pessoas formadas e animadas pelo amor¹³, capazes de viver aquilo que chamamos de “cultura da partilha”. E uma terceira parte, obviamente, para incrementar a empresa (LUBICH, 1999).

Bruni (2005), explica individualmente a importância e motivação dessa divisão ao dizer que as três partes – “*um terço, um terço, um terço*” – representam o *slogan* com o qual tudo teve início, e que ainda hoje inspira o projeto. Antes de mais nada, os *pobres*. Em primeiro lugar, os pobres da comunidade e também aqueles que têm uma relação vital com ela. Para os pobres procura-se emprego e para eles criam-se projetos de desenvolvimento, sem se limitar a assisti-los financeiramente (embora isso aconteça como medida de emergência e, portanto, provisoriamente).

A parte destinada à *formação cultural* (na forma de imprensa, congressos, estruturas, bolsas de estudos...) corresponde à exigência de visar ao desenvolvimento integral de toda a pessoa. Além do mais, se a comunhão não se tornar cultura, não haverá qualquer esperança de a EdC durar no tempo e o problema social poder, um dia, ser resolvido. De fato, este não existe pela falta de recursos econômicos, mas, em primeiro lugar, por determinadas visões e escolhas culturais. A espiritualidade dos Focolares visa um mundo mais unido, à fraternidade universal; por isso, não surpreende o fato de ter nascido dela um projeto econômico que não se satisfaz com a redistribuição de renda, mas mira transformar a cultura por um humanismo autenticamente humano e fraterno (BRUNI, 2005).

A essa parte da destinação do lucro Lubich atribui um forte significado para a manutenção da *cultura da partilha*. “Não se pode fazer uma economia nova, uma política nova, uma ciência nova, uma medicina nova, sem ‘homens novos’” (LUBICH, 1992, p. 3).

Enfim, a terceira parte, que permanece na *empresa*. A empresa deve desenvolver-se e crescer, e para isso tem necessidades, especialmente em certas fases, de autofinanciamento e de investimentos.

Não existe por parte dos membros, sejam eles voluntários, celibatários, simpatizantes, ou *gens* a preocupação inicial, de teorizar e classificar essa conduta ético-moral-empresarial que surgia a partir da intuição de Lubich no Brasil, o objetivo

13 No sentido cristão, a palavra grega *agape*, usada por Cristo, tem o sentido de amor-comportamento, amor-ação, e não amor-sentimento, o que se traduz na aceitação incondicional do próximo, goste-se ou não dele. (SAMPAIO; LEITAO, 2007, p. 420). No Movimento dos Focolares e no projeto EdC a palavra amor tem essa conotação.

é mais adiante que isso, era o de banir a miséria daquela cidade testemunho e servir de “norte” para que, também assim, se erradicasse a miséria extrema do mundo.

Ressaltando essa despreocupação de se enquadrar a EdC em um pensamento econômico-social já existente, Bruni (2005, p. 10) diz:

as palavras da EdC são palavras eloqüentes, transformadoras, que minam as palavras velhas: sem fins lucrativos e com fins lucrativos, capitalismo e comunismo, liberais e comunitaristas. A EdC perpassa todas essas palavras, mas é uma outra coisa, é uma criação nova; por isso, é considerada com fins lucrativos por aqueles que são sem fins lucrativos, e sem fins lucrativos por aqueles que são com fins lucrativos; capitalista pelos comunistas, e comunista pelos capitalistas; liberal pelos comunitaristas, e comunitarista pelos liberais.

Importante ressaltar que o projeto EdC criado por Lubich não tem a intenção de se apresentar como uma alternativa ao atual modo de produção vivido pelo mundo, que é o Capitalismo de mercado. “Quando a propus, decerto eu não tinha em mente uma teoria. Vejo, entretanto, que ela chamou a atenção de economistas, sociólogos, filósofos e estudiosos de outras disciplinas” (LUBICH, 1999, p. 3).

A diferença se dá nas relações interpessoais que nascem a partir da construção de empresas voltadas para a resolução dos problemas sociais, sobretudo no que tange à pobreza e miséria extrema. Analogicamente, a máquina a ser usada é a mesma, o que muda é o combustível que proporciona e motiva o seu funcionamento e o caminho que essa máquina percorre.

Pinto e Leitão (2006) escrevem que a diferença das empresas do projeto de EdC está em sua práxis, em seu esforço de transformação na busca de substantividade, na procura de uma plenitude ética em suas relações com os diversos públicos com que lida cotidianamente. Ética esta fundada na espiritualidade cristã elas não são um produto acabado, mas um processo em pleno desenvolvimento, com graus diferenciados de aproximação daquele objetivo.

A própria Chiara defendia a existência de gestores competentes e capazes, que fizessem essas empresas funcionarem com a máxima eficiência e, assim, obtivessem lucro delas.

As empresas coligadas à EdC são empresas de propriedade privada em todos os sentidos, plenamente inseridas no mercado, que salvaguardam a

propriedade particular dos bens (Bruni, 2005). Assim, a proposta não tem por objetivo modificar certas características e princípios do capitalismo (como, por exemplo, o direito à propriedade privada e o princípio da livre iniciativa), mas renovar a dimensão cultural, para recuperar a multidimensionalidade do homem, e permitindo reconectar o dinamismo econômico e uma ética verdadeiramente humana, que respeite a liberdade e dignidade do homem (SERAFIM, 2001).

Esta ética não se ocupa em arranjar meios para que o sistema se torne mais aceitável, mas questiona e coloca em xeque, no campo da ideologia, determinados postulados – que desde Adam Smith são tidos por aceitáveis na economia – como, por exemplo, sua formulação mais conhecida de que o conjunto de interesses próprios dos sujeitos econômicos promoveria o bem comum. (SERAFIM, 2001, p. 76).

Para Sorgi (1998), o projeto fugiu a uma visão economicista de organização produtiva, sem aderir ao assistencialismo, porque preocupado com uma concepção humanista da atividade econômica. Rejeita a penetração do mercado em todas as dimensões da vida, mas o aceita como organizador das trocas, procurando um capitalismo menos concentrador e mais distributivo.

Tais empresas vêm imprimindo, sem base teórica específica, uma prática alternativa ao sistema vigente de mercado, pois a acumulação não é o seu *leitmotiv*. O crescimento não pode ser para privilegiados, e o individualismo e o acúmulo de bens não conduzem ao conceito de evolução adotado pelo movimento (LEIBHOLZ, 2002).

Para McDade (2010) não se pode afirmar que a EdC seja já uma teoria de pensamento econômico, nem que seja o único projeto desse gênero¹⁴ com mérito. No entanto, acreditamos ser um projeto embrionário que está a dar os passos certos no sentido de uma economia mais humanista e solidária. Sendo ainda pouco conhecido, tem o mérito de partir desde dentro do sistema capitalista o que o torna aplicável a qualquer local da economia de mercado.

3.3 O empresário de EdC e sua gestão

¹⁴ Gênero de economia civil e solidária.

O objetivo fim do projeto EdC é destinar o lucro, que seria acumulado pelos participantes do capital de uma determinada empresa, à comunhão a fim de erradicar a miséria e a indigência em um determinado centro de atuação. No entanto as ferramentas de gestão utilizadas pelos administradores de empresas vinculadas ao projeto, também se apresentam como um diferencial. Para esses gestores¹⁵ dos resultados econômicos obtidos pela atividade da empresa, o lucro é apenas a ponta do *iceberg* que aflora dos cálculos contábeis (BRUNI, 2005).

É sabido, embora muitas vezes negligenciado pelas cadeiras de formação econômica, que a empresa tem um importante papel social, ela pode distribuir *riqueza* de muitas outras maneiras, além da distribuição de lucro aos sócios. Pode fazê-lo oferecendo boas oportunidades de trabalho, boas condições para seus colaboradores, salários dignos (não com o intuito de *comprar* a mão de obra oferecida, mas com o intuito de *remunerar* dignamente pelos serviços prestados), boas condições de qualidade e preços dos produtos vendidos, boas oportunidades de colocação para os produtos dos fornecedores. Para os empresários que aderem a EdC esses conceitos são fortemente mais influenciáveis na sua tomada de decisão do que o montante do lucro que se obterá ao final do processo.

Bruni (2002) afirma que quem adere à EdC não o faz por causa de cálculos e resultados baseados em meios e fins, mas pela crença num estilo de vida e de economia.

Essa mentalidade voltada para as relações interpessoais perpassa a mentalidade prática, mesquinha, indiferente, impessoal, material que, muitas vezes se sobressai na gestão corporativa que observamos dominar o mercado nos dias atuais. Na EdC a questão dos relacionamentos é central.

A experiência da Economia de Comunhão vem romper com o modo convencional de entender o comportamento dito racional dos agentes econômicos, isto é, indivíduos que tomam decisões individuais com vista a maximizar sua utilidade. Ela tem como pano de fundo uma

15 Inicialmente focolarinos plenamente inseridos no Movimento dos Focolares, mas que com o passar dos anos a difusão de uma gestão que alinhava ética, moral e respeito ao próximo, ganhou a simpatia de empresários que, até este momento, nem conheciam o Movimento dos Focolares.

visão, uma forma de olhar e conceber o mundo, que pareceriam misteriosas à luz de um paradigma individualista da ação humana. (BRUNI, 2000, p. 21).

Empresários e trabalhadores têm comportamentos orientados pela cultura do “dar”, gratuidade e atenção ao próximo. Isso concretiza-se de uma forma particular no fato de os lucros da empresa, que são uma componente essencial para a sobrevivência da empresa (e na EdC esse aspecto não é de modo algum negligenciado), não serem acumulados pelos sócios que detém a propriedade, mas antes distribuídos em três partes (McDADE, 2010).

De acordo com Bruni (2000), a EdC e conseqüentemente seus gestores, dão uma grande relevância às questões que definem o que é o *ser humano*, na medida em que a economia não é vista como um fim em si mesmo, mas antes como meio cuja finalidade é contribuir para um aumento da felicidade pública e da dignidade do homem. Ela coloca em causa a concepção antropológica dominante em Economia, nomeadamente o *homo oeconomicus*, que é, segundo Luigino Bruni uma racionalidade instrumental e individualista.

De acordo com a ideologia da harmonia administrativa de Maurício Tragtenberg¹⁶ este relacionamento desmistificado entre patrão e colaboradores melhora, inclusive, a produtividade da empresa,

ao dissimular a natural tensão entre os interesses dos empresários e dos trabalhadores, dispersa as energias individuais e sociais direcionadas para a democratização das relações no mundo do trabalho. Isso possibilita a perpetuação das relações de dominação, reduzindo as perspectivas de emancipação humana nas organizações. Em outras palavras, a harmonia administrativa favorece a produtividade e a ordem nas organizações. (PAULA, 2008, p. 959).

De acordo com Sampaio e Leitão (2007) o primeiro estudo brasileiro a relacionar empresas do projeto de economia de comunhão (EdC) com aprendizagem organizacional foi realizado no ano de 2005 pelos pesquisadores Leitão e Kurtz. Realizado na forma de estudo de caso, pode-se confirmar que a

¹⁶ Crítico em Gestão Administrativa que volta seus estudos para a emancipação e a criação de sociedades e lugares livres de dominação.

aprendizagem organizacional é, em si, resultado de um contexto organizacional multirrelacional, mas também onde conhecimento, aprendizagem e mudança organizacional se apresentam de forma indissociável.

Especificamente o estudo conclui que a qualidade dos relacionamentos, entre todos os participantes da empresa estudada¹⁷, tinha influência sobre a aprendizagem das tarefas e dos comportamentos. [...]. A constatação dos autores foi de que o aprender ali era fruto de uma complexa rede de relações, onde a aceitação do outro como ser legítimo na convivência, fundamento ontológico de EdC e que, em seu sentido cristão, é identificado pela palavra amor, estava relacionada à ambiência existente na empresa. Possibilitava a motivação e a prática do aprender que, por sua vez, ajudava a explicar a mudança sofrida pela empresa em sua adesão ao projeto. (SAMPAIO; LEITAO, 2007, p. 420).

Este comportamento dos empresários de EdC não poderia ser diferente uma vez que, é este o impulso principal para a aderência ao projeto, sendo anterior a tomada de decisão e não consequência do novo modelo de gestão. McDade (2010), descreve a EdC como uma proposta que incita os empresários a terem consciência da importância que têm as relações sociais; a verem que por detrás de cada colaborador está uma pessoa que merece toda a dignidade e confiança; a perceberem que um trabalhador que esteja informado acerca do que se passa na empresa e que seja ouvido, muito provavelmente se envolverá mais em casos de dificuldades; a entenderem que cada um é uma pessoa com sentimentos, virtudes e defeitos.

Dado que ao colaborador dessas empresas é atribuída maior atenção, significado e importância dentro da organização este passa a agir de forma diferente que o faria se ainda estivesse sendo visto apenas como uma ferramenta. No XI Congresso Nacional de Empresários e Agentes da Economia de Comunhão, promovido pelo Movimento dos Focolares, no período de 7 a 9 de junho de 2002, na mariápolis Ginetta, em Vargem Grande Paulista, São Paulo, o presidente da Espri¹⁸, Rodolfo Leibholz, em sua palestra, deu uma visão sobre o tema ao afirmar que a

17 Trata-se da fundição Femaq localizada em Piracicaba, SP, empresa aderente à EdC.

18 Espri S.A (Empreendimentos, serviços e projetos industriais) é o nome da empresa responsável pela construção e administração do Polo Spartaco.

base do relacionamento das empresas de EdC é o amor, e não o egoísmo. Com isso o funcionário faz o máximo que pode, e não o mínimo que a lei manda. Afirmou ainda que a produtividade de uma empresa de EdC é maior do que a de outra baseada no interesse próprio e no egoísmo.

Maturana¹⁹ (apud PINTO; LEITAO, 2006, p. 64), em sua biologia do conhecimento afirma que,

‘as relações humanas que não se baseiam na aceitação do outro como legítimo outro na convivência não são relações sociais’. Nesse sentido as relações de trabalho e as hierárquicas não são relações sociais porque ‘se fundam na negação mútua implícita, na exigência de obediência e de concessão de poder que trazem consigo’. Esse biólogo [...] diz que os seres humanos não são todo o tempo seres sociais; só o são quando exercem a dinâmica da aceitação e do respeito mútuos, e é porque as relações de trabalho não são tratadas como relações que existem as leis que as regulam.

Para Serafim (2001), a EdC está proporcionando uma verdadeira quebra de paradigma no âmbito econômico e organizacional, ao fazer uma releitura da função da empresa, da visão de ser humano e do agir dentro do espaço de produção.

Vários são os discursos apresentados por colaboradores e empresários de EdC que confirmam ser a responsabilidade social e a cultura ambiental embutidas no DNA do projeto. Nos anos de 2006 e 2007 os pesquisadores Fernandes e Sant’Anna, a fim de comporem um artigo²⁰, enviaram as 121 empresas brasileiras aderentes ao projeto EdC – que na época correspondia ao número total de empresas de EdC – um questionário que possibilitou a documentação de discursos e práticas.

Segundo esses pesquisadores, o principal valor citado por praticamente todos os entrevistados é “amor ao próximo”, conforme ilustra o discurso:

não é possível afirmar que se ama a um irmão se não se ama a natureza. A proposta da EdC é amar a todos. Amar o funcionário, o

19 Biólogo um dos pais da teoria dos seres vivos, ou teoria da autopoiese.

20 **A racionalidade da economia de comunhão e responsabilidade socioambiental:** a gestão organizacional influenciada por valores espirituais. Publicado na edição número 21 referente aos meses de janeiro a junho do ano de 2010 pela editora UFPR.

cliente, o concorrente, o Estado. E amar a todos é também amar o meio ambiente. Dentro do meu conceito de EdC, o meio ambiente faz parte e está inserido no contexto principal da linha de ação da EdC, assim como amar o concorrente; amar o funcionário; amar o governo; amar o inimigo. Por isso, vejo que a proposta Economia de Comunhão é “Amar a Todos” e, como consequência, o meio ambiente também. (FERNANDES; SANT’ANNA, 2010 p. 163).

Essa vivência do efeito “amar o próximo” na EdC se estende inclusive a reconhecer o Estado enquanto captador e distribuidor de recursos e benfeitorias à população através do recolhimento de impostos, sendo portanto, proibida a prática de qualquer política de não pagamento da integralidade dos impostos, ainda que tenham a consciência de que muitas vezes são valores mal utilizados pelos administradores públicos.

ser empresário da EdC é ser solidário, viver sempre com espírito de comunidade, fazendo da empresa lugar de comunhão. Antes de sermos empresários temos que ser irmãos de todos. [...]. O imposto, embora muitas vezes mal utilizado pelos governantes, é a nossa contribuição para a sociedade, feita de seres humanos que também precisam ser respeitados nos seus direitos. (FERNANDES; SANT’ANNA, 2010 p. 166).

Um dos empresários entrevistados afirma que, ao aderir à EdC, logo percebeu que não se tratava apenas de doar parte de seus lucros, era preciso ir além: “repartir os lucros é apenas um dos passos a serem dados de uma longa caminhada para construir uma nova forma de fazer economia”. (FERNANDES; SANT’ANNA, 2010 p. 163).

Com base na pesquisa Fernandes e Sant’Anna (2010), concluem que a fidelidade a esses compromissos não tem como recompensa ganhos econômicos, embora não se negue que eles existam, mas está fundamentada na gratuidade. Ou seja, a base fundamental não é material, mas substancial. São os valores assumidos individual e coletivamente que explicam as ações das empresas de EdC em prol da conservação ambiental e a distribuição beneficente de lucros. Portanto, não são empresários “ambientalistas” ou filantropos; tampouco agem motivados apenas por pressões do Estado ou do mercado. E concluem que o que é evidenciado pelos discursos é um compromisso com o arcabouço valorativo proposto pela EdC enquanto concepção. Nesse sentido, pode-se afirmar que é a intensidade da

aplicação do princípio “amar a todos”, no sentido cristão, que define o maior ou menor grau das ações em termos de responsabilidade socioambiental das empresas de EdC.

São recorrentes práticas de estímulo aos funcionários, que na maioria têm apenas o ensino básico, a completarem os estudos, oferecendo-lhes, em convênio com o município e com o Estado, os cursos de ensino fundamental e médio dentro das próprias empresas. Além disso, como forma de integração, os empresários mantêm atividades lúdicas fora do expediente, das quais participam juntamente com os empregados como forma de fortalecimento do aspecto relacional. Essas atividades lhes proporcionam uma maior aproximação dos empregados e a construção de relacionamentos que extrapolam o limite profissional (patrão/empregado) e estabelecem maior confiança recíproca, afirmam os empresários. É essa confiança recíproca que permite envolver os empregados no projeto EdC e obter assim o comprometimento não só profissional, mas também ideológico (FERNANDES; SANT’ANNA, 2010).

Pinto e Leitão (2006) relatam um significativo caso observado na Femaq²¹, quando um de seus funcionários, julgado e condenado a pena em penitenciária do estado, teve sua família amparada pela empresa e por funcionários durante os três anos em que lá permaneceu. Quando obteve liberdade condicional, foi readmitido pela empresa onde ainda trabalha.

O projeto, no entanto, é chamado de Economia de Comunhão na liberdade. Assim, como salienta Araújo (1992), a adesão deve ser isenta de toda a pressão do mercado, de toda “crise de consciência”, de todo cálculo de custo/benefício, enfim, de tudo que não possa ser derivada de uma escolha livre que, dentre as alternativas, opte pela que sua convicção apontou. Dessa forma a adesão a proposta não pode ser imposta ou obrigada, quer por meios coercitivos ou por meios mais subliminares, como os utilizados pelo *marketing*.

Se a universidade, particularmente em seus cursos de administração de empresas, tem sido muito mais uma instituição reprodutora de conhecimento do que uma formuladora de visões críticas e alternativas ao *establishment*, a curiosidade dos pesquisadores pode acabar se voltando para o que há de novo nessas

21 Empresa fundada em 1966 que produz peças fundidas em aço e ligas de alumínio, aderente ao projeto EdC desde sua criação em 1991.

empresas inspiradas em princípios milenares, mas que parecem estar demonstrando sua viabilidade prática no mundo dos negócios, até então excluída à dimensão espiritual da vida. O que fica evidente nesse conjunto de estudos é que a realidade EdC, ali descrita, é algo academicamente instigante e isso incentiva a continuidade da pesquisa, seja ela tratada como um caso particular de gestão de empresas, ou como o início de uma nova forma capitalista de ser (LEITÃO; SPINELLI, 2008).

Uma das críticas que muitas vezes é feita à *economia de comunhão* é a de ser demasiado utópica e irrealista para o mundo em que vivemos hoje. No entanto, pensamos que este argumento não deita necessariamente por terra o projeto EdC. A verdade é que a aposta já foi ganha, na medida em que se apresentam empresas que vivem essa realidade. Por outro lado, não são precisamente os nossos sonhos e utopias que nos projetam para o futuro? O que seria de nós se vivêssemos apenas a nossa realidade? Se calhar, não se deve tanto dizer que a EdC seja uma utopia **ou** realidade, mas antes que é uma utopia **e** uma realidade. As duas coisas podem coexistir ao mesmo tempo; poderá existir uma complementaridade dialética entre ambas. Ser um economista responsável, nos dias que correm, não será precisamente viver este desafio (idílico, utópico) na vida corrente (realidade)? (McDADE, 2010).

Villard, Leitão e Marques (2007), concluem seus estudos observando que o projeto de EdC está se tornando ecumênico, ou mesmo adotado por agnostas de perfil profundamente ético. Não é mais um monopólio católico ou cristão.

CONCLUSÃO

Ao longo de minha graduação no curso de Ciências Econômicas, me foi passado a existência de uma racionalidade econômica nascida a quase dois séculos, e que é estudada e teorizada por todas as academias do mundo até a atualidade. Essa racionalidade tem por características principais a instrumentalidade, o egoísmo, o individualismo e a deficiência moral-ética com relação ao pensamento coletivo. Entendendo que a Economia é uma Ciência Social, talvez essa racionalidade tenha surgido com a necessidade que alguns pensadores se depararam em matematizar, quantificar, equalizar ou modelar teorias econômicas e humanas, com o objetivo de fazer de uma ciência social algo empírico, palpável e mais próxima das ciências naturais, que é anterior a aquela e era vista com atenção e respeito no passado, e sempre.

É óbvia e não pode ser desprezada, a importância de tais modelos para os estudos econômicos, eles nos têm muito a dizer e devem ser estudados e difundidos pelas academias. No entanto, a crítica que se apresentou ao longo deste trabalho é a de que devemos questionar a radical interiorização deste pensamento em nossas escolhas e práticas econômicas, em detrimento de um pensamento que tenha como centro a ética, a moralidade, a comunhão, o amor (em seu sentido grego de *ágape*, antes de seu sentido emotivo), o respeito ao próximo e a natureza, a gratuidade, a consideração do outro humano.

E mesmo para aqueles que se mostram mais resistentes em reduzir a importância de tais modelos mesquinhos, em razão de um espaço maior para a ética, que o faça embasado pelos vários estudos atuais que provam o fracasso daquela racionalidade econômica. Constatações essas que são exemplificadas por fatos como: sucessivas crises mundiais, a existência de milhares de pessoas em condições de vida sub-humanas, a fome, o sistema que limita grupos e marginaliza os demais numa fábrica de crimes que tipifica vidas tirando-lhes suas dignidades.

Se observarmos com mais astúcia e sensibilidade pela janela de nossas casas, ou pelos vidros de nossos carros, não poderemos dizer que aquele pensamento econômico seja eficiente, a menos que nosso conceito de eficiência não considere a preservação da dignidade e da vida do outro.

No auge dessa minha *crise*, eu tive a oportunidade de conhecer o projeto Economia de Comunhão que me resgataria dessa obscuridade. Criado por uma mulher que, mais do que apreocupação teve também a atitude de tornar fato e realidade sua intuição. A fundadora do projeto Chiara Lubich, não teve formação econômica e muito menos se utilizou de um modelo econométrico que tornasse empírica sua teoria, ela simplesmente não admitia a possibilidade de tanto sofrimento e fez de uma intuição algo factível, antes mesmo que ela pudesse ser transformada pela crítica – que não se ausenta – em uma utopia, processo tão vanglorioso dentre os mais egoístas.

As críticas feitas de diversas formas ao projeto Economia de Comunhão não podem, e não são subestimadas por seus pensadores atuais, elas se mostram como uma ferramenta que norteia os estudos de tais cientistas e fazem da EdC um projeto

cada vez mais completo no campo teórico e acadêmico, uma vez que, na prática e na realidade ele já mostrou sua importância e completude.

O projeto EdC já não pode ser desconsiderado pelos estudiosos de Economia, e muito me faz feliz saber que ele já se apresenta como disciplina curricular obrigatória em diversas cadeiras dos cursos de Economia, Administração, Antropologia, Sociologia e Filosofia, de diversas instituições de ensino no mundo.

Que este trabalho se some aos demais que foram confeccionados em vinte e um anos de surgimento do projeto econômico que é tão juvenil, mas que confronta e resolve problemas seculares da vida social.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Vera. Economia de comunhão e comportamentos sociais. In: COSTA, Rui et al. **Economia de comunhão**: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha. 2. ed. Vargem Grande Paulista. Cidade Nova, 1998.

ARAUJO, Vera. Que pessoas e que sociedade para a economia de comunhão? In: BRUNI, Luigino. (Org.). **Economia de comunhão**: uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista. Cidade Nova, 2002.

BIANCHI, Marina. **The active consumer**. 1998. Disponível em:
<http://books.google.com.br/books?id=ZYPWGsPjS7QC&printsec=frontcover&dq=the+active+consumer&hl=pt-BR&sa=X&ei=dryYT6XwO4qk8QSus5H0BQ&ved=0CDMQuwUwAA#v=onepage&q=the%20active%20consumer&f=false>. Acesso em: 10 mar. 2012.

BRANDALISE, L. A. **A finalidade do lucro para as empresas de economia de comunhão**. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

BRIGLEY, S. **Business ethics in context: researching with case studies**. Revista Journal of Business Ethics. Volume 14, número 3. Março de 1995. Disponível em: <https://springerlink3.metapress.com/content/g277m6001407n677/resource-secured/?target=fulltext.pdf&sid=fyaw5rhdt5x3nn5sc3zrx2r&sh=www.springerlink.com>. Acesso em: 15 mar. 2012.

BRUNI, Luigino. **Comunhão e as novas palavras em economia**. São Paulo. Cidade Nova, 2005.

BRUNI, Luigino. **Mercado e sociedade civil: encontro ou desencontro?** ABBA. São Paulo, 2003, Vol. VI, n. 3. p. 59-70.

BRUNI, Luigino. Rumo a uma racionalidade econômica capaz de comunhão. In: _____. (Org.). **Economia de comunhão: uma cultura econômica em várias dimensões**. Vargem Grande Paulista. Cidade Nova, 2002.

BRUNI, Luigino. **Sobre consumo e felicidade**. ABBA. São Paulo, v. VII, n. 1. 2004. p. 45-63

BURCKART, H. Desenvolvimento sustentável e gerenciamento empresarial: elementos para um novo paradigma de gestão. In: BRUNI, L. (Org). **Economia de Comunhão**. Vargem Grande Paulista. Cidade Nova, 2002.

CIDADE Nova. Disponível em: < <http://www.cidadenova.org.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

ECONOMIA de comunhão. Disponível em: <<http://www.focolare.org/br>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

ECONOMIA de comunhão. Disponível em: < <http://www.edc-online.org/>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2012.

FERNANDES, Valdir; SANT'ANNA. F. S. P. **A racionalidade da economia de comunhão e responsabilidade socioambiental: a gestão organizacional influenciada por valores espirituais**. Revista Desenvolvimento e meio ambiente. n. 21. Editora UFPR, 2010. p. 157-171.

FERRUCI, A. Considerações sobre a economia de comunhão. In: COSTA, Rui et al. **Economia de comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha**. 2. ed. Vargem Grande Paulista. Cidade Nova, 1998.

FRANK, R. H. **Luxury fever: money and happiness in an era of excess.** Nova Iorque. 1999. Disponível em: http://www.amazon.com/Luxury-Fever-Robert-H-Frank/dp/0691070113#reader_0691070113. Acesso em: 11 mar. 2012.

FREY, Bruno, S. **Inspiring economics.** Cheltenham. Elgar, 2001. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=FBekNp6ej8MC&pg=PR7&lpg=PR7&dq=inspiring+economics+frey&source=bl&ots=nxvobk1mji&sig=pE75scutiZplmCqZ_PtcOWkGCws&hl=pt-BR&sa=X&ei=SGCYT_3sFoKk8AS2tPnqBQ&ved=0CCEQ6AEwAA#v=onepage&q=inspiring%20economics%20frey&f=false. Acesso em: 23 mar. 2012.

GANEM, Angela. **Resenha da Teoria dos sentimentos morais de Adam Smith.** Revista Econômica, nº 4. Dezembro de 2000. Disponível em: http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.2_N.2_RESENHA_AngAng.pdf. Acesso em: 14 mar. 2012.

GNEEZY, Uri; RUSTICHINI, Aldo. **A fine is a price.** Journal of Legal Studies. Janeiro, 2000.

Grécia finaliza acordo e dá maior calote da história. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/03/grecia-finaliza-acordo-e-da-maior-calote-da-historia.html>. Acesso em: 22 mar. 2012.

HOLLIS, Martin. **Trust within reason.** Cambridge, 1998. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=8lp0fjRa5VAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 22 mar. 2012.

HUME, D. **Investigação acerca do entendimento humano.** São Paulo. Nova Cultura, 2000.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1997.

LANE, R. E. **The loss of happiness in the market democracies.** Yale, 2000. [s. n.].

LIMA, M. A. B. **Economia de comunhão x custos de transação:** uma visão das organizações imbuídas da cultura da partilha. READ, Ed. 12, v. 5, n. 4. 1999.

LUBICH, Chiara. A experiência economia de comunhão: da espiritualidade da unidade, uma proposta de agir econômico. In: BRUNI, Luigino. (Org.). **Economia de comunhão:** uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista. Cidade Nova, 2002a.

LUBICH, Chiara. **Economia de comunhão:** história e profecia. São Paulo. Cidade Nova, 2004.

LUBICH, Chiara. **Quatro aspectos essenciais da economia de comunhão**. São Paulo: Cidade Nova, 2002b.

MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas**. 1. ed. de 1714: [s.n]. Disponível em: <http://economiepolitica.com.br/2009/03/fabula-das-abelhas-de-bernard.html>. Acesso em: 23 mar. 2012.

MARIN, S. R.; QUINTANA, A. M. **Adam Smith e Francis Ysidro Edgeworth**: uma crítica do utilitarismo. *Nova Economia*. Vol. 21, n. 2. 2011. p. 171-195.

MARTINS, N. O. **Ética, economia e sustentabilidade**. *Revista Prima-Facie*. 3. ed. 2009. Disponível em: http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:d_m11ZincPUJ:scholar.google.com/+%C3%A9tica,+economia+e+sustentabilidade&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 14 mar. 2012.

McDADE, L. A. L. A. **A crise como oportunidade de repensar a economia**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto, 2010.

PAULA, A. P. P. de, **Maurício Tragtenberg**: contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais críticos. *RAP*. Rio de Janeiro. FGV, 2008. V. 42. p. 785-1034.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo. Pearson, 2005.

PINTO, M. C. S; LEITAO, S. P. **Economia de comunhão**: empresas para um capitalismo transformado. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

RAMOS, A. G. **Administração e contexto brasileiro**: esboço de uma teoria geral de administração. Rio de Janeiro. FGV, 1983.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro. FGV, 1989.

SAMPAIO, M. A. L.; LEITAO, S. P. **Economia de comunhão e organizações de aprendizagem**: compatibilidades conceituais. *RAP*. Rio de Janeiro. FGV, 2007. v. 41. p. 385-600.

SERAFIM, M. C. **A ética no espaço de produção**: contribuições da economia de comunhão. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2001.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1983.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo. Nova Cultura, 1996. Vol. I e II.

SMITH, Adam. **The theory of moral sentiments**. Londres. 1. ed. 1759. Disponível em: <http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/smith/moral.html>. Acesso em: 14 mar. 2012.

SORGI, T. A cultura do dar. In: COSTA, Rui et al. **Economia de comunhão**: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha. 2. ed. Vargem Grande Paulista. Cidade Nova, 1998.

TAYLOR, J. S.; BOGDAN, R. **Introduction to qualitative research methods**: the search of meanings. Nova Iorque. John Wiley & Sons, 1984.

VASCONCELLOS, M. A. S; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo. Saraiva, 2006.

VEBLEN, Thorstein. **The theory of the leisure class**. Nova Iorque : [s.n]. 1. ed. 1899.

VILLARDI, B. Q.; LEITAO, S. P.; MARQUES, D. **Economia de comunhão e aprendizagem**: uma perspectiva epistêmica. Rio de Janeiro. RAP, 2007.

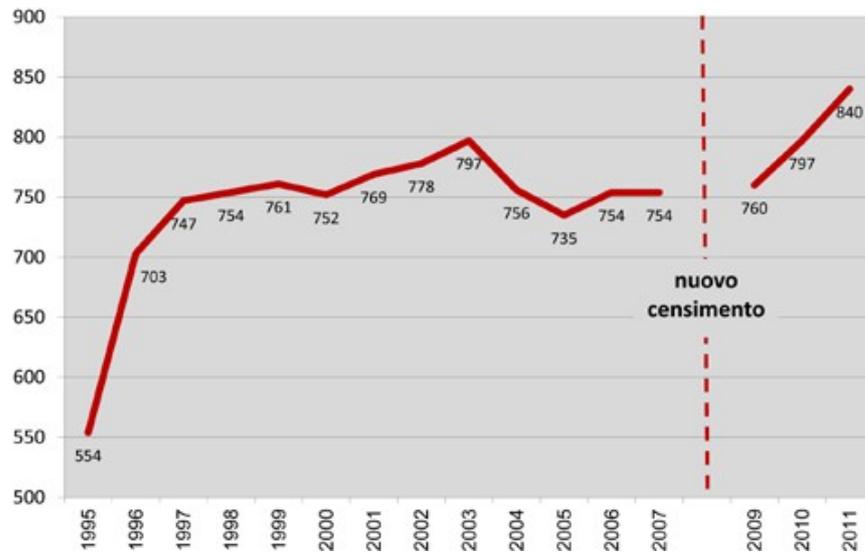
WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 1. ed. 1921. São Paulo. Editora UnB, 2004.

ZAMAGNI, Stefano. Fundamento e significado da experiência de economia de comunhão. In: COSTA, Rui. et al. **Economia de comunhão**: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha. 2. ed. Vargem Grande Paulista. Cidade Nova, 1998.

ANEXO I

Em 19 de janeiro de 2012 foi disponibilizado no site oficial da EdC (<http://www.edc-online.org/br>) o relatório oficial do projeto. Os dados e as notícias que se encontram neste anexo foram retiradas do mesmo, e correspondem ao período de setembro de 2010 a setembro de 2011.

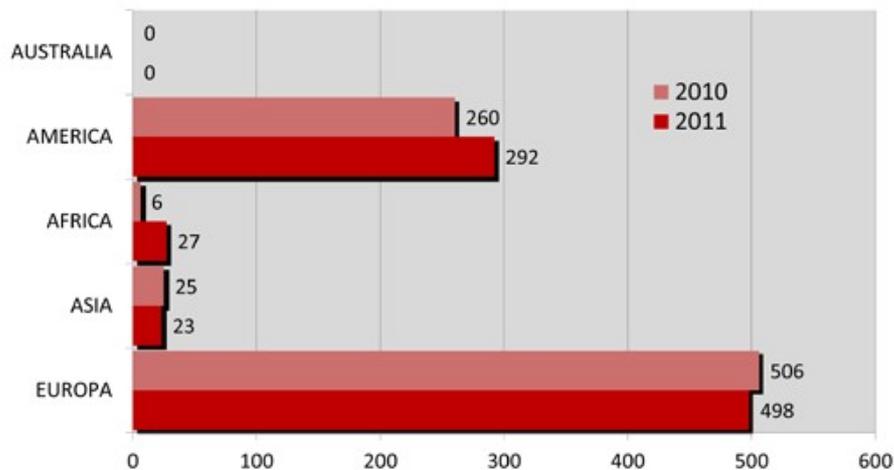
1) Evolução do número de empresas



Fonte: Relatório Economia de Comunhão 2010/2011.

O relatório chama a atenção para o aumento de 43 empresas participantes do projeto, com relação ao ano de 2010.

2) Subdivisão de empresas por continente:



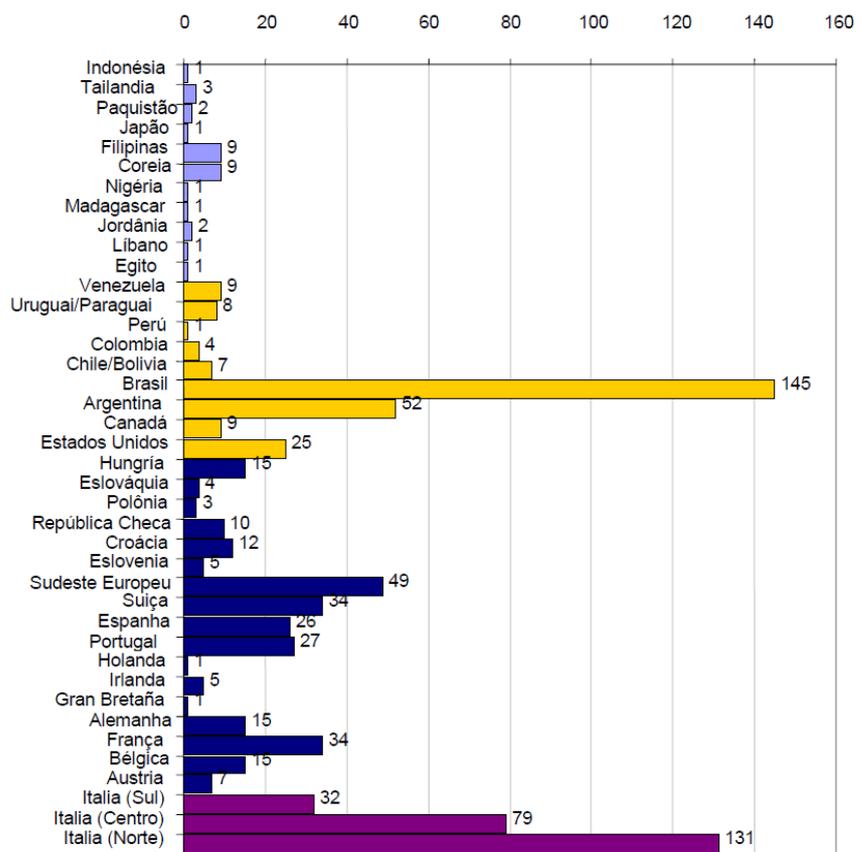
Fonte: Relatório Economia de Comunhão 2010/2011

Importante ressaltar neste gráfico as evoluções apresentadas no número de empresas aderentes nos continentes americano e africano, em especial a este último com um incremento de 350% com relação ao ano anterior. As quedas observadas na Ásia e Europa podem ser atribuídas à crise instalada em seus países.

3) Subdivisão das empresas por país:

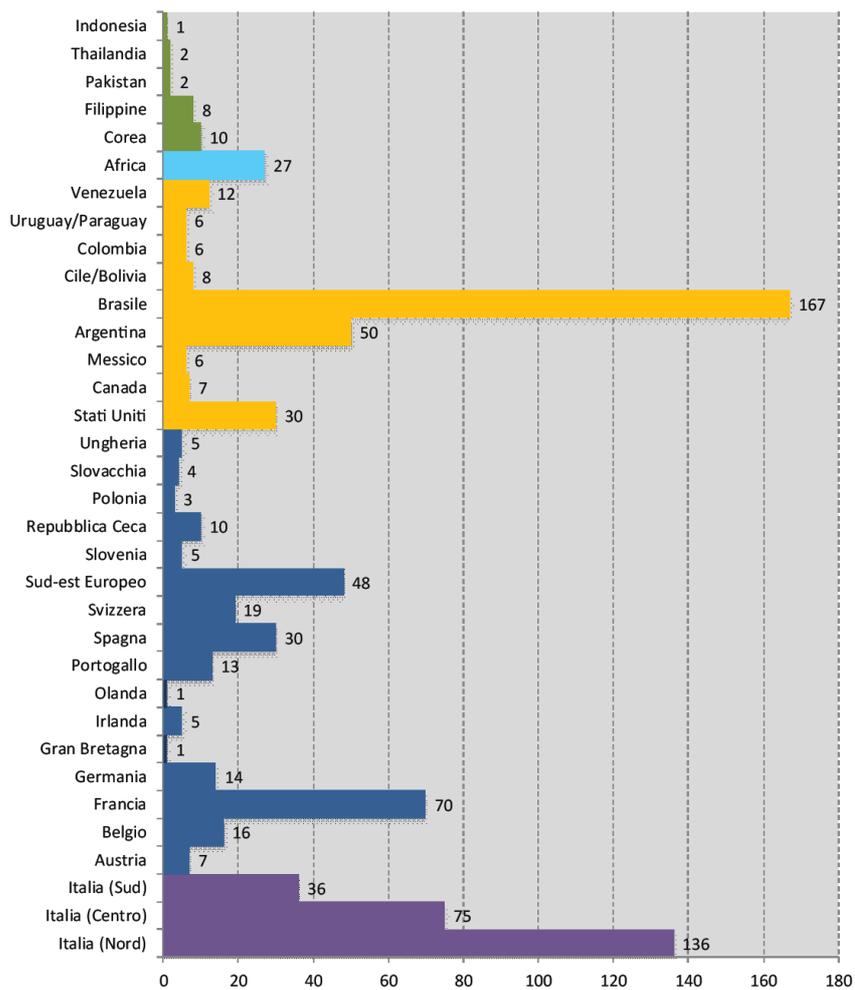
Para que se possa comparar a evolução entre os anos de 2010 e 2011 em cada país, tem-se a seguir, os dados do relatório de 2009/2010 e 2010/2011.

Ano de 2010



Fonte: Relatório Economia de Comunhão 2009/2010

Ano de 2011



Fonte: Relatório Economia de Comunhão 2010/2011.

4) Polos produtivos de Spartaco e Ginetta

Localizado na cidade de Cotia, interior de São Paulo – Brasil – nas proximidades da Mariápolis Araceli, agora Ginetta. Foi inaugurado em 1994 o Polo Spartaco. Nele estão instaladas as seguintes empresas: ESPRI S.A. (empreendimentos serviços e projetos industriais); AVN Embalagens Plásticas LTDA (desenvolve, transforma e vende embalagens plásticas para produtos químicos e detergentes); ECO-AR Produtos de Limpeza LTDA (produtora de água sanitária, detergentes, amaciantes, desinfetantes entre outros); UNIBEN Fomento Mercantil LTDA (*factoring*, presta serviços no setor financeiro e de seguros); ROTOGINE KNE Plas. Ind. e Com. LTDA (fabrica produtos em polietileno para a construção civil, armazenamento e transporte de líquidos, estação de tratamento de esgoto doméstico, caiaques wave, *playground* infantil, lixeiras, assentos para estádios etc.).

Também no Brasil, localizado nas proximidades de Santa Maria em Igarassú (PE) encontra-se o segundo polo industrial de EdC do Brasil, o polo Ginetta inaugurado em 2007 e que hoje conta com duas empresas em funcionamento a Prodiel Farmacêutica LTDA, especializada em comercialização e distribuição de medicamentos e outros produtos correlatos; e a Dalla Strada LTDA, atelier de bolsas distribuídas em todo o Brasil e no exterior. E em Belém no Pará o polo François Neveux.

Além destes polos brasileiros, pelo mundo também se observam outros como: Polo Lionello, inaugurado em 2006 a poucos quilômetros da cidade de Loppiano – Itália. Engloba as empresas: X Cogito; E. di C. spa; Casali; Azur; Unilab Consulting; Dilcis in Fondo; Proges; Fantasy; GM&P; Gigli del Campo; Eneritech; Leone Srl; Creativa; Terre de Loppiano; Cecilia Mannucci; Città Nuova; Banca Popolare Etica; Philocafé; Assi 1; L’Arcobaleno Valdarno; AD Finsimel; o Polo Solidaridad, corresponde ao polo argentino com as seguintes empresas: Granos e Granados; Norma Maliandi; Fogaril; Primicias; além dos polos Mariápoli Faro e Giosi Guella.

Hugo Leonardo Alves de Mendonça

**ECONOMIA DE COMUNHÃO:
uma nova perspectiva para o agir socioeconômico**

Juiz de Fora

2011

Hugo Leonardo Alves de Mendonça

ECONOMIA DE COMUNHÃO:

uma nova perspectiva para o agir socioeconômico

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas das Faculdades Integradas Vianna Jr., como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. José Maria da Silva.

Juiz de Fora

2011

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	71
1 OBJETIVOS	73
1.1 Geral	73
1.2 Específicos	73
2 JUSTIFICATIVA	74
3 QUESTÃO PROBLEMA	76
4 METODOLOGIA	77
5 CRONOGRAMA	78
6 REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos assistimos a um ressurgimento do interesse, seja na prática, seja na reflexão teórica, por temáticas relacionadas à Economia Social, à Economia Solidária, à Economia Civil e outras experiências econômicas que atuam a partir de motivações ideais.

Nesse contexto a Economia de Comunhão (EdC), um projeto econômico que envolve centenas de empresas, se apresenta como uma iniciativa que adotou seriamente a categoria da comunhão e da reciprocidade na concretude da vida econômica e civil.

A EdC se apresenta, como uma silenciosa, mas vigorosa alternativa, ao modo convencional de entender, na empresa, a propriedade privada e o lucro. As empresas coligadas a EdC são em sua esmagadora maioria, empresas privadas, mas que colocam os lucros em comum segundo três critérios básicos: investir na própria empresa, garantindo e ampliando os postos de trabalho e a atividade econômica; investir na formação cultural que sustenta o projeto, a chamada “cultura do dar”, ou da comunhão e, por fim, usar parte dos lucros para ajudar pessoas – da comunidade e não apenas da empresa – que se encontram em situação de necessidade econômica, enquanto não conseguem se inserir no mercado de trabalho, ou enquanto sua renda não é o suficiente para a sua sobrevivência.

Chiara Lubich, fundadora do projeto Economia de Comunhão em um de seus discursos na cidade de Rocca di Papa na Itália mostrou seu interesse de difundir o projeto dizendo que, ao contrário da economia consumista, baseada na cultura do ter, a economia de comunhão é a economia da partilha. Isto pode parecer difícil, árduo, heróico. Mas não é assim, pois o homem, criado à imagem de Deus, que é amor, encontra sua realização justamente no amor, na partilha. Esta exigência reside no mais íntimo do ser, quer ele tenha fé ou não. E é nesta constatação, comprovada pela nossa experiência, que está a esperança de uma difusão universal da economia de comunhão. (Chiara Lubich, Rocca di Papa, 10 de novembro de 1991).

Meu interesse em desenvolver esta futura monografia surgiu assim que eu descobri a EdC em uma palestra no mês de abril do ano passado. O projeto completa agora em 2011, vinte anos de existência, ainda são poucos os estudos

acerca do tema, livros, dissertações, teses e monografias já existem em diversos países da Europa e América, inclusive, com maciça participação do Brasil. Esta monografia será importante, pois, constituirá mais uma fonte de pesquisa para alunos e membros da sociedade civil que se interessarem pelo tema.

O objetivo básico da presente pesquisa é apresentar o projeto Economia de Comunhão (EdC), sua história de formação, seus ideais, seus objetivos e demonstrar como a sua adoção é capaz de alterar o meio em que ele é aplicado. Pretende-se evidenciar que é possível conciliar eficientemente, o respeito, a gratuidade, a solidariedade com a governança corporativa. A metodologia que será utilizada é o estudo bibliográfico com base em livros, revistas científicas, revistas informativas, jornais, sítios da internet.

1 OBJETIVOS

1.1 Geral

O objetivo da presente pesquisa é apresentar o projeto Economia de Comunhão (EdC), sua história de formação, seus ideais, seus objetivos e demonstrar como a sua adoção é capaz de alterar o meio em que ele é aplicado.

1.2 Específicos

- ✓ Apresentar o projeto EdC;
- ✓ Descrever o seu processo de formação;
- ✓ Apresentar experiências de empresas que o adotaram;
- ✓ Analisar as diferenças existentes nestas empresas.

Em abril deste ano, participando de uma missa dominical em meu bairro fui, juntamente com todos que estavam naquela celebração, convidado a participar de uma palestra sobre o tema Economia de Comunhão que se realizaria naquela semana no Seminário Santo Antonio.

Em meio a tantos outros recados, naquele momento, este assunto não despertou o meu interesse principalmente porque o evento seria a noite no mesmo horário de minhas aulas, mas o celebrante insistiu e disse que esta palestra era direcionada principalmente aos profissionais e estudantes dos cursos de Economia e Sociologia, decidi, portanto, participar do evento. Até este momento nunca tinha ouvido falar no tema.

O responsável pela palestra foi um senhor com pouco mais de 60 anos, formado em engenharia civil e com mestrado na Europa, que é membro integrante de um movimento religioso conhecido como Focolares (fogo no lar). Nos primeiros quinze minutos de palestra o tema ainda me causava estranheza, não consegui naquele momento classificar o tema de acordo com nenhuma doutrina e pensamento econômico já existente na história econômica, somente depois de alguns minutos realmente compreendi que aquilo era novo.

A EdC perpassa todas essas palavras, mas é uma outra coisa, é uma criação nova; por isso, é considerada com fins lucrativos por aqueles que são sem fins lucrativos, e sem fins lucrativos por aqueles que são com fins lucrativos; capitalistas pelos comunistas, e comunista pelos capitalistas; liberal pelos comunitaristas, e comunitaristas pelos liberais. (BRUNI, 2005)

No decorrer da palestra ficava claro que a EdC já era fato em diversas partes do mundo, e que pessoas e empresas já praticavam esta humanidade, que eles já colhiam os frutos desta boa ideia nascida por Chiara Lubich em 1991 aqui no Brasil.

O projeto completará agora em 2011, vinte anos de existência ainda são poucos os estudos acerca do tema, livros, dissertações, teses e monografias já existem em diversos países da Europa e América, inclusive, com maciça participação do Brasil. Esta monografia será importante, pois, constituirá mais uma fonte de pesquisa para alunos e profissionais que se interessarem pelo tema.

3 QUESTÃO-PROBLEMA

O distanciamento entre as pessoas, a agressão ao meio ambiente, a consolidação de um modelo econômico que enaltece o consumo conspícuo, a busca desenfreada pelo dinheiro, o crescimento das injustiças sociais e a desvalorização dos princípios básicos que modelam a teia da vida. Tudo isso somado, provocando profundo descontentamento, tem levado cada vez mais pessoas à reflexão em torno de se resgatar os laços de sociabilidade e de afirmar um compromisso em prol de um mundo melhor.

É nesse sentido que crescem ações que buscam primordialmente reverter essa tendência de distanciamento entre as pessoas, tentando aproximá-las pela prática da partilha. Tentativas de novos agrupamentos em favor de ações coletivas, cercadas de cooperação e união entre os membros tem se destacado com mais frequência numa época em que os valores monetários têm se soerguido, sobremaneira, em relação aos valores sociais.

Uma tentativa nessa linha de atuação cooperativa que merece destaque é a Economia da Comunhão (EdC) – um movimento que completará duas décadas de existência. A comunhão (comum união entre os membros) tem sido uma porta de entrada para a solidificação de um novo modo de fazer economia, no qual esteja presente a prática da comunhão-cooperação-fraternidade. A Economia da Comunhão pode ser resumida, em poucas palavras, como sendo a combinação de eficiência econômica com solidariedade, tendo como arrimo o princípio da cooperação. Diante destas constatações chega-se a uma problemática que permite levantar os seguintes questionamentos:

1. Quais as principais transformações sociais, ambientais e econômicas são causadas pelas empresas que adotam o projeto EdC?
2. Como se caracterizam as relações estabelecidas entre empresários e trabalhadores nas empresas de EdC?

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa pretende ser bibliográfica.

A bibliografia referente à temática em pauta será pesquisada nos seguintes meios: livros, revistas científicas, revistas informativas, jornais, sítios da internet etc. Antecipadamente e de modo ainda provisório encontram-se ao final deste projeto algumas das referências a serem utilizadas. Outras, com certeza, futuramente, comporão o corpo bibliográfico da pesquisa.

Serão utilizadas análises de empresas que praticam EdC feitas por diversos autores que já pesquisaram sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BRUNI, L. **Comunhão e as novas palavras em economia**. São Paulo: Cidade Nova, 2005.

PINTO, M. C. S.; LEITÃO, S. P. **Economia de comunhão**: empresas para um capitalismo renovado. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LUBICH, C. **Economia de comunhão**: história e profecia. São Paulo: Cidade Nova, 2004.

SILVA, J. M. da; SILVEIRA, E. S. da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos**: normas e técnicas. Juiz de Fora: Templo, 2006.